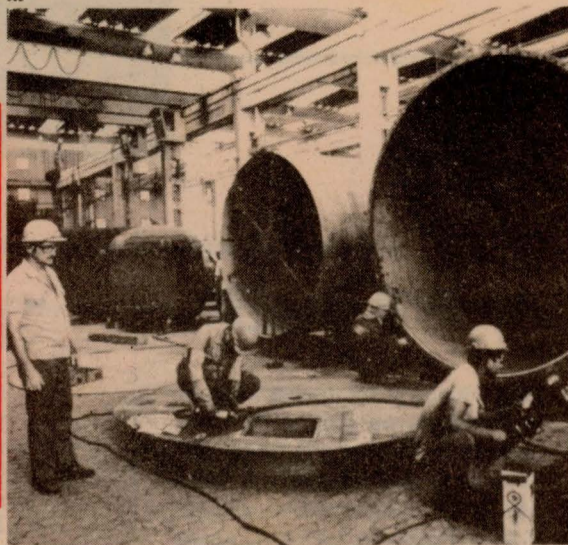


A Classe Operária



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNI-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

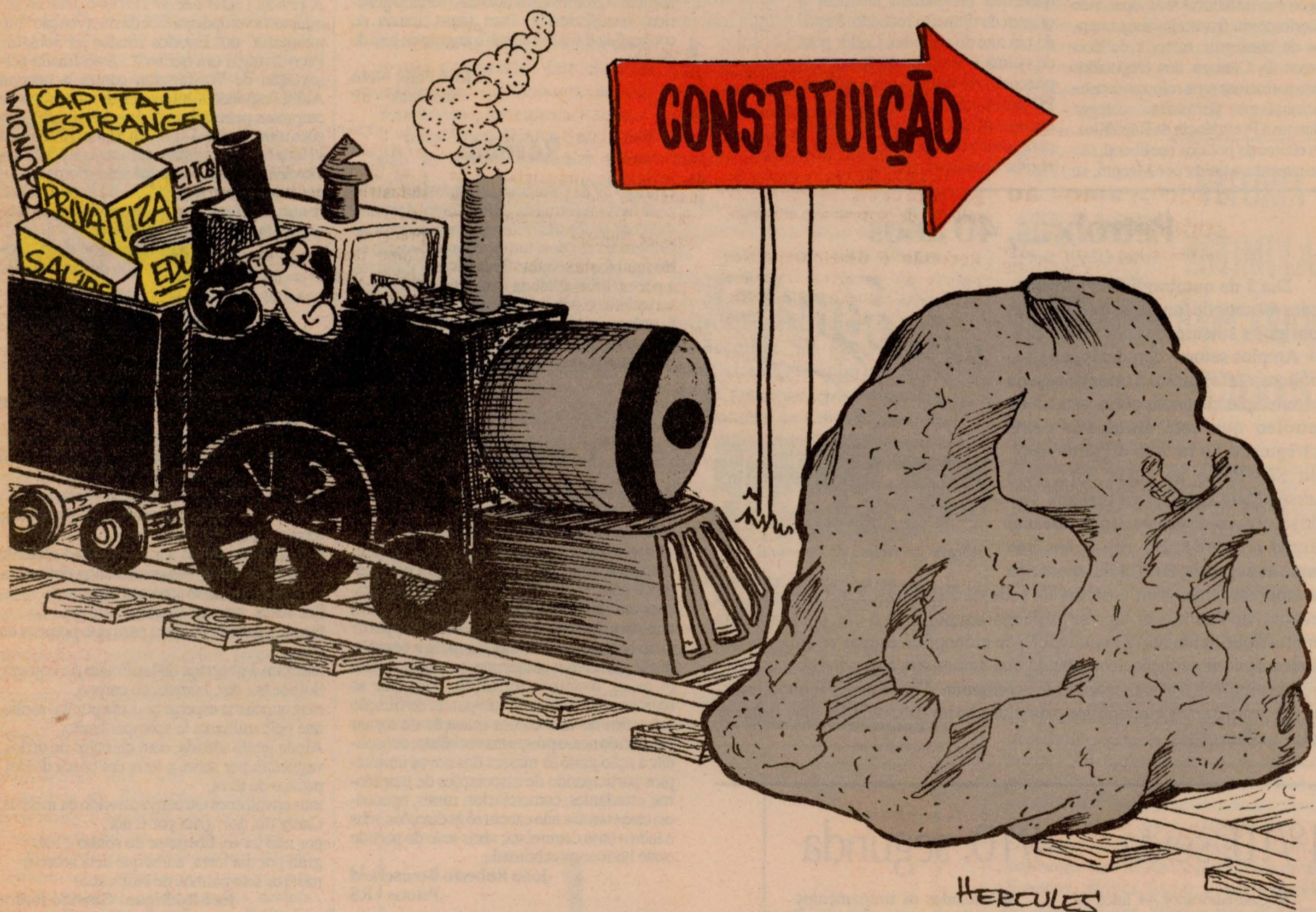


PERFIL OPERÁRIO

A 3ª revolução técnico-científica acarreta a exclusão de grandes contingentes da força de trabalho.

PÁGINA 16

PEDRAS NO CAMINHO DA REVISÃO



TRAIÇÃO

O ministro Fernando Henrique Cardoso faz a ponte entre os banqueiros internacionais e a revisão constitucional

PÁGINA 7

PARTIDOS

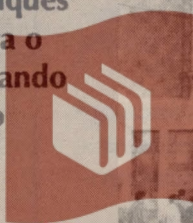
Direção Nacional do PCdoB condena lei eleitoral aprovada pela Câmara e Senado Federal, como mais uma investida reacionária.

PÁGINA 5

RÚSSIA

Yeltsin ordenou a mobilização de tanques e artilharia contra o legislativo consumando um verdadeiro massacre à democracia.

PÁGINA 13



CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Parlamento russo em chamas

Cartas

Resumo

26/9. domingo

■ Mortos 12 soldados norte-americanos na Somália em choque com as forças patrióticas locais. Outros 75 ficaram feridos. As tropas estrangeiras têm cometido barbaridades contra a população local massacrando mulheres e crianças. Apesar de tudo, cresce a reação do povo somali contra a intervenção. O fato de já terem sido mortos quase 70 soldados americanos tem levado a um acirramento da polêmica interna nos EUA sobre a necessidade ou não de se manter a intervenção. Muitos temem que a Somália se transforme num novo Vietnã. A despeito disso o governo Clinton resolveu intensificar a agressão e enviou mais 200 militares para aquela frente.

26/9. domingo

■ Realizadas eleições parlamentares na Argentina. O governo jogou sua influência mas, apesar de vitorioso, viu frustrados seus intentos de conseguir maioria de dois terços da Câmara dos Deputados para patrocinar uma reforma constitucional que permitisse reeleger Menem à Presidência da República. Os efeitos da política neoliberal, tão cíiosamente seguida por Menem, se

fazem sentir pesadamente sobre os ombros do povo argentino. A taxa de desemprego formal está acima dos 10%. Propaganda-se que a inflação foi controlada mas o custo de vida em Buenos Aires é o mais caro da América Latina. Uma xícara de café pode custar CR\$ 400,00. Os professores e aposentados fazem passeatas para protestar contra seus salários extremamente baixos.

30/9. quinta

■ Entregue à secretária Sandra Fernandes de Oliveira o título de cidadã paulistana pela Câmara de Vereadores de São Paulo. Em 29 de setembro de 92 a Câmara dos Deputados votou pelo impeachment de Collor como resultado do poderoso movimento popular para afastar o então presidente. Dias antes, quando as coisas ainda não estavam definidas, Sandra ousou desafiar os poderosos e denunciou a farsa da Operação Uruguai com a qual Collor e sua quadrilha pretendiam justificar a origem do dinheiro roubado. Passado um ano do episódio, Collor posa de vítima e faz articulações com a pretensão de voltar à cena política. PC Farias continua solto. Exemplos de como as elites são inconsequentes para punir a corrupção que grassa no regime burguês dominante.

Petrobrás, 40 anos

Dia 3 de outubro foram comemorados 40 anos de fundação da Petrobrás com atos e solenidades por todo o Brasil. Amplos setores democráticos e patrióticos reafirmaram a importância da manutenção do monopólio estatal do petróleo que está ameaçado pelos entreguistas na revisão constitucional. Em São Paulo na sexta feira, 8, a Assembleia Legislativa realizou sessão solene proposta pelo deputado Jamil Murad (PCdoB). No Rio e em São Paulo na segunda-feira, 4, funcionários da empresa abraçaram o prédio da sede da Petrobrás. Em Campinas, na refinaria de Paulínia os atos se prolongaram por todo o dia. Os setores da empresa que defendem a manutenção do monopólio estatal veicularam nos órgãos de comunicação propaganda que demonstra a importância estratégica da empresa e a sua viabilidade econômica. Todos esses acontecimentos mostram que os monopólios privados vão ter dificuldades para botar as mãos na Petrobrás.



Abraço em defesa da Petrobrás

1º/10. sexta

■ Comemorados 44 anos da vitória da revolução chinesa. Em 1º de outubro de 1949 as tropas do Exército Popular dirigidas pelo Partido Comunista libertaram Pequim (atualmente Beijng), a capital, após longa luta na qual foram derrotados os agressores japoneses num primeiro momento e depois o imperialismo norte-americano. A revolução chinesa esteve fortemente baseada nos camponeses e teve como um de seus principais apelos a luta pela reforma agrária antilatifundiária. Em Brasília a Embaixada da China ofereceu um coquetel ao qual compareceu o presidente nacional do PCdoB João Amazonas.

4/10. segunda

■ Iniciados os treinamentos de mais de 5000 militares das Forças Armadas brasileiras na região norte de Boa Vista, Roraima. Participam da operação Surumu, a maior já realizada no Brasil, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

A movimentação das tropas é uma resposta às recentes manobras que o exército americano realizou próximo à área, na vizinha Guiana.

Representantes das forças armadas dos países americanos - menos os dos EUA - foram convidados como observadores.

Cumprimentos

Tardiamente expresse meus cumprimentos pelas modificações n' A Classe. Novos formato e colunas tornaram o jornal mais atraente e gostoso de ler, sem aquela aparência mórbida e fria que ainda vigora em alguns jornais. Não perdeu, no entanto, o caráter analítico e profundo das matérias. O Resumo, a Bancada Comunistas e a página cultural foram ótimas sacadas. Os artigos da última página estão legais e diversificados. Destaque para o "Desesperar jamais", edição 109. O verdadeiro revolucionário não se desespera diante das adversidades, acumula forças para as próximas lutas. Se hoje o capitalismo parece invencível, lembremos que ele traz em si o germe de sua destruição e que, antes das atuais potências, existiram outras supostamente invulneráveis, mas que sucumbiram por completo. Que o digam a grande Babilônia e a sangrenta Roma.

Wellington Tavares
Fortaleza - CE

Alternativa

Aproveito o gancho deixado pelo deputado Aldo Rebelo na "Consciência Socialista" d' 106 sobre assunto de relevância. Há muito a estudar e a conhecer do Brasil. Sugiro que o jornal abra espaço de uma página por edição para intelectuais, historiadores, sociólogos escreverem alternativamente ao oficialismo sobre a história brasileira. A situação a que chegamos foi provocada por um grupo de homens. Cabe a outros homens (sentido genérico) transformá-la. Para tanto, temos de conhecê-la e analisá-la sob o ângulo da luta de classes.

José Felix Neto
São Paulo - SP

Revisão

O artigo 59 da Constituição estabelece que só pode haver reforma da Carta através de emendas com propostas votadas em cada casa do Congresso em dois turnos com aprovação de três quintos dos votos. Uma revisão ilimitada e por maioria absoluta como querem os conservadores é golpe. A reforma é um atentado à ordem jurídico-constitucional do país. É retrocesso político, golpe à soberania e aos interesses populares.

Cláudio Itanagé
Olinda - PE

Consolidação

As convenções foram um passo importante para o PCdoB. Legalizado na metade dos estados brasileiros e tendo ainda várias comissões provisórias, o partido mostra que tem muito trabalho pela frente. Agora, a perspectiva é colocar em funcionamento essas direções que, embora conheçam pouco da teoria marxista, trazem a vontade de lutar. A partir disto há pontos fundamentais para a consolidação partidária: planejamento a longo prazo (4 anos), incluindo formação; estruturar as regiões-pólo com nova campanha de filiação até o fim do ano com a intenção de tornar conhecido nosso programa socialista; consolidar a ação junto às massas dos novos municípios participando de associações de moradores, estudantes, comerciários, rurais, operários; essas tarefas não cabem só às direções, mas a toda a base comunista; abrir sede do partido onde houver possibilidade.

João Roberto Bourscheid
Pelotas - RS

Religião

Protesto contra os artigos d' A Classe 107: "Liberdade religiosa" e "Comunidade luterana" em que os camaradas escrevem afirmações que mostram total falta de conhecimento teórico elementar. No primeiro, Che não errou por ser "extremamente ateu", mas por se desligar das massas e persistido no método foquista. No segundo diz "... religiões sérias. A crença em Deus é fruto da consciência humana." Ora, camaradas, o PCdoB é um partido marxista-leninista, portanto ateu. Su-

giro estudarem pelo menos o Manifesto Comunista e as resoluções do 8º Congresso. Lembro que "Religião é o ópio do povo".

Carlos Caressato
Artur Nogueira - SP

Investigação

Sugiro à Marinha Nacional fazer uma investigação dos afundamentos de navios brasileiros que provocaram a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Parece inacreditável que a Alemanha estando então em completa derrocada em todas as frentes de batalha quisesse provocar logo o Brasil. Acho que se deve esta explicação ao país e ao povo.

Walter Grade
Londrina - PR

Fortalecimento

Estamos na luta para fortalecer o PCdoB na região da Zona da Mata mineira. Breve teremos em Leopoldina a Comissão Provisória e contaremos com a presença do vereador Paulo Rogério, de Juiz de Fora, e do deputado federal Sérgio Miranda, que vão prestigiar o nascimento de mais uma semente do mais revolucionário partido do nosso espoliado país.

José Geraldo Soares
Juiz de Fora - MG

Denúncia

A revista *Cadernos do Terceiro Mundo* denunciou a verdadeira face da intervenção "humanitária" dos Estados Unidos na Somália. Peço divulgar um trecho: "...a obstinada perseguição de Washington contra o general Aidid responde a interesses de um grupo de empresas petrolíferas (...) os líderes das facções inimigas de Aidid, Ali Mahdi Mohamed e Hersi Morgan, tinham garantido a Washington o respeito aos contratos petrolíferos firmados pelo general deposto. Aidid se posicionou contra os contratos, o que explicaria a decisão norte-americana de persegui-lo."

Marcelo Henrique de Barros
Rio de Janeiro - RJ

Desabafo do campo

Homens descalços, pisando em solo seco, quem dera a terra fosse minha para eu poder plantar em vez da cinza nuvem de miséria

o começo de uma nova era. Quem dera eu pudesse ter um pedaço de terra terra fria, terra cansada, terra solitária, terra de poucos, poucos que te vêem, terra, muitos que te querem, terra, terra de ilusões, terra para sofrer.

Que só posso ver-te por trás de uma cerca de arames farpados. Sangram minha dor por ti, com brutalidade te separam de mim.

Por vezes, homens também sofridos fazem a guarda da terra para que homens da fome

assistam à desgraça do latifúndio do homem. Sufoca tua dor, homem do campo, mas nunca tua esperança. Luta por teu sonho, que nele milhares te acompanharão.

Ainda gente sofrida, com chinelos de dedos, vagueiam por sobre a terra em busca de um pedaço de terra, mas envelheces teu corpo cansado da miséria.

Canta tua dor, grita por ti dor, por não ter-te, liberte-se do sonho e lute grita por tua terra, antes que dela sobrem misereros sete palmos de latifúndio.

José Rodrigues Garrido Júnior
Santa Maria - RS

Erramos

No artigo "Consequências para a América Latina", de Sérgio Barroso, na edição 111, penúltima linha, onde se lê "Mas é difícil concluir...", leia-se "Mas não é difícil concluir que o amaldiçoado império será destruído."

Na mesma edição, no Projeto de Programa Socialista, item 44, onde se lê "... tendo em vista o controle do sistema financeiro, e o comércio, bem como...", leia-se "Serão nacionalizados os bancos, tendo em vista o controle do sistema financeiro, bem como o comércio exterior, os portos e os meios de transporte essenciais."

Na crônica sobre o futebol onde se lê "sinônimo demais ignorante", leia-se "sinônimo do mais ignorante burocratismo". A palavra "pregoeiro" foi grafada incorretamente como "apregoeiro".

Cartas para esta seção deverão ser enviadas para o Centro de Documentação e Memória Fundação Almirante Góes de forma com no máximo quinze linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53 - CEP 01318-020 - Bela Vista - São Paulo-SP.

Lição de luta dos professores

Frederico Lopes
Diretor da Apeoesp

Em 18 de agosto teve início a greve dos professores do ensino público oficial do Estado de São, à qual aderiram os supervisores e os diretores de escolas. Perto de 180 mil educadores paralisaram as atividades - quase 90% do total - e mais de 5 milhões de alunos perdem aulas.

Assembléias, atos, passeatas e outras ações colocaram, pacífica e organizadamente, centenas de milhares de manifestantes nas praças e avenidas, demonstrando força sem prejuízo da alegria.

Chuva intensa e frio, longas viagens à Capital, repressões violentas por parte da PM -13 feridos num único dia - com blindados, bombas, cavalaria e cães, ao invés de intimidar, injetaram mais ânimo ainda na categoria que, com indignação e revolta, ampliou o movimento. Uma aula de determinação, aguerrimento e luta que os sindicatos, setores avançados da sociedade e o povo apóiam e incentivam.

Do outro lado, o insensível e truculento governador paulista segue à risca a política de desmonte do Estado, de privatizações, de sucateamento dos serviços públicos essenciais, relegando à própria sorte os trabalhadores de baixa renda. Aplica a política entreguista ditada pelo imperialismo aos países da periferia

GOVERNADOR TRUCULENTO DESMONTA O ESTADO

do sistema capitalista: pagar regularmente as dívidas, liquidar a soberania nacional, eximir-se dos serviços fundamentais à população, arrochar salários.

Os investimentos cada vez menores na educação baixam os salários - em julho foi o menor dos últimos

30 anos -, pioram a qualidade do ensino, deterioram a infraestrutura. A luta se coloca como necessidade objetiva e sua forma mais eficaz, também para os professores, é a greve.

O governo não demonstra a menor preocupação com os milhões de alunos que sofrem prejuízos com a suspensão das aulas. Sem a luta, entretanto, tais prejuízos são incalculáveis a longo prazo.

O magistério paulista reivindica reposição das perdas salariais, piso de um salário mínimo do Dieese, política que reponha a inflação mensalmente e 30% do ICMS para o ensino de 1º e 2º graus. Fleury declara que não negocia com a categoria em greve. Mas a força dos professores nas ruas derrubou um secretário da Educação e obrigou o governador a negociar com os grevistas. Uma vitória política dos educadores.

As infundáveis reuniões de negociação limitam-se a apresentar insuficiente reajuste salarial, sem tocar nos demais pleitos. Em 1º de outubro, o Tribunal Regional do Trabalho formulou proposta de conciliação - procedimento inédito nos conflitos funcionalismo-Estado - que reajusta os salários na proporção do crescimento mensal da arrecadação do ICMS, zerando as perdas quadrimestralmente e fixando em 33% do ICMS a parcela destinada ao ensino fundamental, já a partir de 1994.

Em assembléia extraordinária na tarde de 4 de outubro - o prazo fixado pelo TRT para respostas era 17 horas - os professores disseram sim; e o governo disse não. Diante da irredutibilidade governista, os professores que se mantinham em vigília no Vale do Anhangabaú instalaram nova assembléia no começo da noite e decidiram: a greve continua.

Editorial

Elites querem revisão a qualquer preço

Aliminar concedida pelo ministro Marco Aurélio de Mello que adiava a instalação da revisão constitucional e sua imediata cassação por parte do plenário do Supremo Tribunal Federal mostra inequivocamente que os partidos conservadores como o PMDB, PFL, PSDB, PPR, PTB, PP, PL e outros estão dispostos a tudo para colocar a Carta Magna brasileira totalmente a serviço do projeto neoliberal.

Em momentos decisivos, quando estão em jogo os interesses fundamentais da burguesia e do imperialismo, os conservadores abandonam suas divergências setoriais e se unem a fim de passar o rolo compressor por cima da legalidade, da democracia, das conquistas e anseios da Nação.

Essa é uma lição a tirar. Aliás não só destes episódios como também dos que aconteceram simultaneamente na Rússia. Lá Yeltsin sob o pretexto de que os deputados se opunham à implantação da "economia de mercado" decretou o fechamento do parlamento e afogou em banho de sangue a resistência ao golpe, apoiado incondicionalmente por Clinton e companhia.

Aqui os arautos revisionistas decretaram uma verdadeira guerra à liminar concedida aos partidos progressistas, entre os quais o PCdoB, que questionavam a legalidade da sessão em que foi lido o projeto para a instalação da revisão. Fernando Henrique Cardoso - recém-chegado dos EUA de onde transmitia os recados dos banqueiros internacionais sobre a revisão - afirmou estar "tenso e magoado", porque o adiamento

colocaria em risco o ajuste fiscal pretendido pelo governo e as reformas econômicas (leia-se fim dos monopólios estatais).

As lideranças reacionárias dos partidos conservadores impediram o funcionamento normal da Câmara e do Senado para criar um impasse entre os poderes Legislativo e Judiciário, ao mesmo tempo em que entabulavam "negociações" com o presidente do Tribunal e ameaçavam o mandato dos parlamentares que haviam se oposto à ilegalidade de se instalar uma sessão sem quórum para a leitura do requerimento de convocação da revisão alguns dias antes.

A outra lição a tirar é a da necessidade da união dos patriotas e democratas dentro e fora do parlamento para barrar ou pelo menos ganhar tempo e acumular forças contra o golpe revisional. O adiamento mesmo que por um período curto em polvorosa a elite e deu alento às forças da resistência democrática.

Os trabalhadores e o povo brasileiro em geral não se esqueceram das lutas e dos sacrifícios que tiveram que fazer em 88 para que os constituintes aprovassem na Carta alguns de seus interesses. Pouco a pouco vão vendo a falsidade do discurso da modernização da Constituição e através da mobilização vão colocando pedras no caminho da revisão.

Uma vitória aqui, outra ali, ajudarão a despertar a consciência e a criar a grande maré que tornará possível derrotar o conluio das elites e o avanço cruel e dominador do capital internacional.

Bancários garantem vitória

Álvaro Gomes

Pres. Sind. Bancários-BA

A campanha salarial dos bancários neste ano foi desencadeada com uma estratégia de unificação do movimento. Por isso a proposta dos bancários era de mesa única de negociação com uma pauta mínima contendo reivindicações básicas para toda a categoria.

Embora todos os segmentos patronais - governo e Fenaban - dissessem que concordariam com essa proposição, na prática, a mesa única foi inviabilizada e em função desse e de outros fatores as negociações a partir de determinado momento aconteceram em separado.

A campanha salarial, embora ainda não concluída, já teve um desfecho para os bancários dos bancos privados e estaduais. A primeira proposta da Fenaban significou apenas 2% de aumento real a título de produtividade. Foi rejeitada e a categoria continuou a mobilização com objetivo de deflagrar uma greve. Foram marcadas algumas datas indicativas para a paralisação: 1º, 15, 23 e 29 de setembro. Não foi possível a greve nesses dias.

Mas dia 14 a Fenaban apresentou uma proposta que significou avanço em relação à anterior. Porém, ainda era insuficiente. A greve foi suspensa e no dia seguinte a Fenaban retirou sua proposta. A Bahia indicou greve para dia 22. Nesse dia, a F e n a b a n

reapresentou a proposta e a Executiva orientou sua aceitação e a não deflagração da greve. Quase todos os sindicatos aprovaram em assembléias. Apenas dois sindicatos importantes a rejeitaram, e partiram para a luta os sindicatos de São e da Bahia.

A deflagração da greve da Nossa Caixa, Mercantil e Real de São Paulo dia 29 e o começo da greve dos dois últimos bancos em Salvador foram determinantes para impulsionar a mobilização em outros bancos. A vitória alcançada no Mercantil de São Paulo e no Real permitiu a acumulação de forças suficientes para empurrar a Fenaban a apresentar nova proposta.

A resistência dos bancários da Bahia e de São Paulo foi fundamental para a vitória do movimento. A tática de greve por banco diante das circunstâncias foi a mais correta porque foi a forma de arrancar boa proposição dos banqueiros. Na Bahia ocorreram diversas paralisações parciais, atos políticos para impulsionar a campanha, com destaque para o enterro dos banqueiros na figura do presidente da Fenaban, Alcides Tapias, a manifestação da fome em que distribuimos pão aos mendigos na porta dos bancos Econômico e Bradesco para mostrar o contraste entre o império dos bancos e a miséria do povo. Também plantamos uma árvore na manifestação da primavera, simbolizando a esperança.

A vitória dos bancários da rede privada poderá intensificar a campanha salarial na rede federal, que vem sofrendo forte arrocho e cuja proposta apresentada é muito pior que a da Fenaban.

A proposta para os bancários da rede privada representa ganho real para os pios de 24%, no caso de território, e 30% para as capitais e gerando um mecanismo de reajuste que assegure quase a reposição integral a cada mês.

VITÓRIA ESTIMULA BANCÁRIOS FEDERAIS



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CRÔNICA DE

Brasília

O pavão encantado e a inflação galopante

Luiz Aparecido

A imagem do povo junto ao governo anda tão ruim que várias entidades e organizações populares estão se articulando em Brasília para criar uma Fundação que cuide de melhorar a imagem do povo junto às nossas "autoridades". Parece brincadeira mas não é. Basta ver o que estão fazendo com a inflação. Entra governo, sai governo ela só aumenta e a culpa é sempre do povo. Só na administração Itamar (Ih-Tá-mar-sô) ela já subiu 1.866,48%.

Pense bem, quase dois mil por cento em um ano e esse mês ela oficialmente chega a 34%, mas na verdade das feiras, supermercados e lojas, já passou dos 40% há muito tempo.

Desde os tempos de Delfim Netto, esses indefectíveis economistas insistem em dizer que a culpa é dos salários. E tome chumbo grosso no povo. O primo do BHC, o Fernando Henrique, já inventou até o redutor de aumento salarial. Redutor de preços, ele diz que os "empresários" não aceitam. E eles agradecem a colaboração do ministro pavão.

Os técnicos que trabalham nos ministérios da Fazenda e Planejamento dizem a boca pequena que não são eles que orientam os ministros que entram e saem para adotar essa política antipopular. Até porque eles vivem de salários e são povo também. Quem manda na política econômica do governo são os banqueiros e grandes empresários monopolistas e cartelistas.

Títulos da dívida. Quem entende um pouco de economia sabe que a rolagem da dívida interna, calculada em 35 bilhões de dólares, resgatada a curto prazo pelo governo junto aos bancos, é que faz os juros irem à estratosfera e a inflação subir. E também os títulos da dívida externa, que por cada dólar nominal valem na verdade 30 centavos ou menos e que são resgatados pelo governo no pagamento da dívida pelo valor de papel, acabam transferindo para os banqueiros e governos do que chamam de Primeiro Mundo quase a metade de toda a renda bruta do país.

Se realmente o pavão encantado por holofotes quer

zerar o déficit público, por que não alonga o perfil da dívida, jogando os títulos públicos no mercado interno e externo para pagamento em cinco anos? Ora, dizem os técnicos da Fazenda, "os bancos quebrariam um por um, como efeito dominó". E daí? Os bancos perderam mesmo sua função precípua no país. Não são mais instituições de crédito para incrementar produção e desenvolvimento. Então que quebrem. Se houver desenvolvimento e economia forte, os bancários terão emprego na produção.

Esse negócio de querer quebrar a espinha dorsal da inflação com corte no orçamento e aperto fiscal é apenas uma balela para manter o privilégio dos bancos e dos monopólios. Obras que geram empregos e bem-estar à população do interior do país, hospitais, escolas, saneamento e incentivo à ciência e à tecnologia não são inflacionárias como afirma o pavão Fernando Henrique. Tanto que seu secretário do Orçamento do Tesouro Nacional se demitiu quando Fernando Henrique, para puxar o saco dos banqueiros internacionais e do FMI, prometeu em Washington que cortaria bilhões de dólares do orçamento da União.

Zum-Zum-Zum-cordão de ouro. Entre uma puxada de saco nos banqueiros e uma providencial visita ao *Metropolitan Museum*, em Nova Iorque, o ministro pavão orienta sempre sua assessoria de comunicação a divulgar apenas o trivial. Mas trivial chique, não o simples. Aliás, os "coleguinhas" que estão trabalhando na assessoria de comunicação do Ministério da Fazenda nunca viram um ministro tão metido a besta e tão encantado com holofotes e salamaleques como esse. Nem Marcílio "Collor" Moreira, que era um diplomata também metido a scholar gostava tanto de aparecer.

Enquanto chega de Nova Iorque, passa pelo seu condomínio fechado na área periférica nobre de São Paulo e se prepara para ir a Paris (onde se sente em casa), Fernando Pavão dá mais uma ferroada no povo.

O povo, que está com uma péssima imagem junto a essa gente, sofre mas não se cala. Veja o que fizemos nessa guerra sem cartel pela não revisão golpista da Constituição de 88. Humbeltsim Lucena não.

PS. A novela da revisão constitucional não acabou. Os mais emocionantes capítulos estão por vir. Aguarde.



João Amazonas saúda convenção do PCdoB no RS

PCdoB não coube na kombi

▼ O PCdoB do Rio Grande do Sul é mesmo diferente e ousado. O Partido surpreendeu os meios políticos ao fazer sua Convenção Estadual dia 3 de outubro com presença de 700 militantes e prestigiadores. Foi ápice da campanha que inovou a forma de conquistar mais filiados, com uma estratégia de marketing que dialoga com o imaginário popular

Sueli Scutti

A idéia da propaganda da convenção (veja acima) surgiu a partir do personagem do ator Francisco Milani na Escolinha do Professor Raimundo, na TV Globo. Em

Convenção Estadual do PCdoB

A Convenção Estadual do PCdoB não cabe numa kombi.

Por motivo de força maior - 31.000 novos filiados - a Convenção Estadual do PCdoB não poderá ser realizada numa kombi, como gostariam alguns de nossos admiradores.



Compreenda o que Imbrom. PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA 03 de outubro - domingo

10-30min - Pronunciamento do presidente nacional do PCdoB, JOÃO AMAZONAS (1h). Solenidade em homenagem aos 20 anos de PETROBRÁS na cidade de Curitiba.

conversa com o professor, o aluno sugeriu que o time do América do Rio e o PCdoB comprassem uma kombi, pois somados conseguiriam completar a lotação. "Achamos um profundo desrespeito à torcida do América e à tradição política do PCdoB", afirma o secretário de propaganda do partido no estado, Mauro Gaglietti. Ele explicou que o anúncio partidário veiculado nos jornais riograndenses não poderia ser chato, raivoso. "Teríamos de manter o riso da população aceso mas voltado à reflexão", acrescenta.

Após o anúncio, muitas pessoas comentavam que se só no Rio Grande o PCdoB tem 31 mil filiados, que dirá nos outros estados? A conclusão, conforme os dirigentes partidários, é a de que a mídia mente, subverte a realidade. "Dentro de nossas possibilidades

dialogamos com a sociedade e debatemos com ela o conceito de real e o de virtualidade imposta pelos meios de comunicação", avisa Gaglietti.

Dinossauros. A convenção comunista teve presença do prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro (PT), do vice-governador João Gilberto (PSDB), do ex-prefeito Olívio Dutra (PT), do deputado federal Carrion Júnior (PDT), de dirigentes do PT, PDT e PSB e do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas. Este cumprimentou os convençionais e saudou a grande quantidade de mulheres que se filiaram ao partido: "as mulheres começam a compreender cada vez com mais força a necessidade de ingressar nas fileiras dos que lutam pelo progresso."

"Aos que "nos chamam de nanicos", Amazonas retrucou: "Mas ninguém pergunta por que existem grandes e pequenos partidos. Os pequenos são vítimas das restrições impostas pelas classes dominantes" e comentou que "As classes dirigentes nos tacham de dinossauros. Pois bem, o que vemos são os sinais invertidos da vida", ressaltando que o que as elites chamam de moderno é o que há de mais atrasado para os trabalhadores.

O presidente do PCdoB ainda afirmou que a nova ordem mundial "não é nova para nós", dizendo que "novo é ser livre e independente. É desenvolver a economia do país, gerar empregos e propiciar bem-estar para o corpo e para o espírito dos brasileiros." Ele entende que o Brasil necessita da alternativa socialista para "erguer as velas da nossa nau, enfrentar os mares revoltos e chegar ao porto seguro."

Candidatos. Representando os 109 diretórios municipais gaúchos, a convenção decidiu lançar quatro candidatos para a eleição do ano que vem. Edson Silva, atualmente deputado federal, concorre à Câmara dos Deputados; Jussara Cony, deputada estadual, Luiz Carlos Mattozo, vereador em Pelotas, e Elói Frizzo, ex-vereador em Caxias do Sul, concorrem à Assembleia Legislativa.

Durante a convenção foi feito um ato de comemoração dos 40 anos da Petrobrás e em defesa da manutenção do monopólio estatal do petróleo. A manifestação ocorre "no momento em que os entreguistas neoliberais arregimentam todas suas forças para destruir o maior símbolo da eficiência e da capacidade nacional", destaca José Freitas, eleito presidente estadual do Partido. O ato também foi contra a revisão constitucional.

Propaganda inédita

O presidente eleito do PCdoB-RS, José Freitas, fala do crescimento do partido que tem agora 31 mil filiados no estado, com 109 diretórios municipais, 22 comissões provisórias e 1200 dirigentes. Ele diz que muitos aspectos facilitaram e cita a crise social e o descaço dos partidos tradicionais no trato dos problemas do povo. As propostas do PCdoB batem com os anseios do trabalhador, conta etc. A campanha de filiação teve forte apoio na propaganda com comerciais na TV, rádio, jornais, outdoors,

inédita no Sul do país.

"Agora procuramos pôr em prática o lema 'Aqui tem um lugar pra você', aprimorando os métodos de trabalho, reuniões ágeis, com encaminhamentos práticos, democratização das informações", esclarece Freitas. O estado foi dividido em seis micro-regiões sustentadas pelas cidades-polo. A convenção estadual expressou 100 delegados, mas mobilizamos dirigentes e filiados para o ato político com 700 pessoas", finaliza.

NOTAS DA DIREÇÃO NACIONAL DO PCdoB

Não à revisão constitucional arbitrária

1 A maioria conservadora do Congresso Nacional, formada pelo PMDB, PFL, PSDB e PPR, coadjuvada pela liderança do governo e o PPS, decidiu à força revisar a Carta Magna promulgada pela Assembleia Constituinte em 1988. A resolução foi adotada em clima de selvageria policial contra manifestantes e de violações grosseiras ao regimento do Congresso. A Mesa diretora da sessão parlamentar que decidiu sobre a revisão franqueava a palavra apenas aos seus partidários. Cassava, quando e como quera, a voz dos discordantes, vetava-lhes o direito elementar de apresentar emendas ao Projeto de Resolução, impedindo-os assim de exercer as funções de mandatários do povo.

Além de arbitrária, a decisão do Congresso é gravíssima, pois cristaliza seu isolamento em face da sociedade civil. Bem ou mal, em eventuais momentos de impasse e de tomada de decisões importantes, o Congresso Nacional, ou pelo menos importante setor dele integrante, tinha sido sensível aos clamores da opinião pública, como no episódio do impeachment do ex-presidente da República. Agora, não. O Congresso colocou-se frontalmente contra a opinião de toda a sociedade civil organizada e do próprio segmento representativo do pensamento jurídico do país, segundo o qual, para além de ser um golpe, a revisão é até mesmo inconstitucional. Os deputados e senadores que votaram a favor da revisão ficaram surdos

às manifestações que disseram não a esse golpe anti democrático.

2 Em todo o episódio, mereceu destaque a atuação dos partidos progressistas - o PCdoB, o PDT, o PT e o PSB - que se opuseram à realização da revisão constitucional.

Abre-se agora nova fase da luta política no país. Primeiramente, em torno do regimento da assembleia revisora. Para assegurar a consecução dos objetivos antinacionais, antidemocráticos e anti-sociais da revisão, os partidos conservadores elaboram um regimento discricionário, voltado para calar a oposição, manietá-la e impedi-la de resistir às mudanças reacionárias que pretendem fazer na Carta.

3 Mas a batalha de fundo será em torno dos capítulos e artigos da Constituição a serem modificados. O objetivo principal das classes dominantes, representadas no Congresso pelo PMDB, PFL,

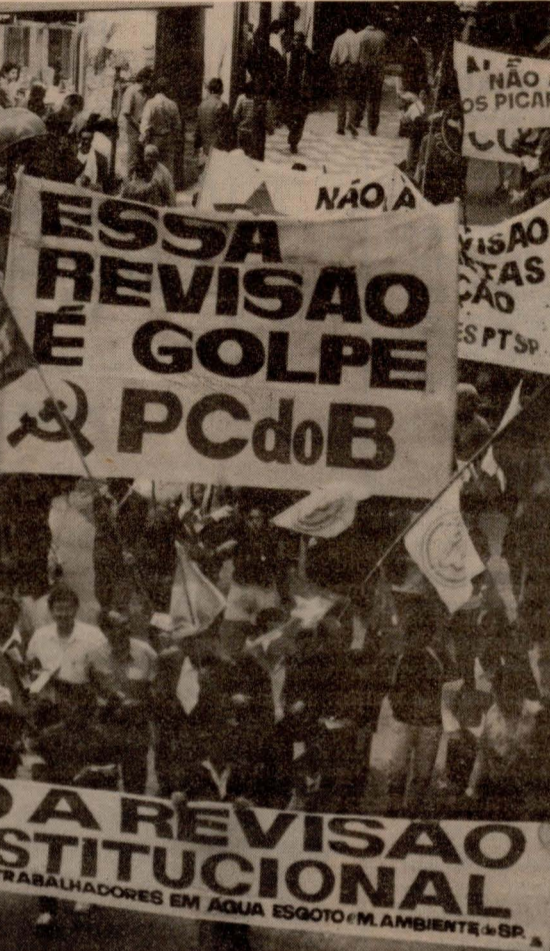
e antidemocrática. Elaborada a portas fechadas pelos grandes partidos, nomeadamente o PMDB, o PFL, o PPR e o PSDB, e aprovada à base de chantagens sobre os partidos minoritários, assegura aos primeiros exorbitantes privilégios e condena os últimos à marginalização e até ao desaparecimento.

2 Discriminatório, o decreto congressual estabelece que só poderá registrar candidato próprio à eleição para presidente e vice-presidente da República, "o partido que tenha obtido, pelo menos, cinco por cento dos votos apurados na eleição de 1990 para a Câmara dos Deputados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados" (art. 5º, & 1º, inciso I); ou "o partido que conte na data da publicação desta lei, com representantes titulares na Câmara dos Deputados em número equivalente a, no mínimo, três por cento da composição da Casa". (idem, inciso II) Assim, o dispositivo impede, com base em resultados eleitorais pretéritos, que expressivas correntes políticas e, dentre elas, destacadas forças de esquerda, como o PCdoB e o PSB,

lancem candidato próprio a presidente e vice-presidente da República. Como o mesmo princípio se aplica à eleição para os demais cargos majoritários (senador, governador e vice-governador de Estado), a disputa também nesses níveis ficará circunscrita às grandes legendas.

A cláusula de barreira, seja ela de cinco por cento dos votos nas eleições passadas, seja de três por cento do total de representantes na Câmara dos Deputados, é uma discriminação abusiva, pois estabelece, a priori, quais partidos podem lançar candidatos a cargos majoritários e os que não têm esse direito. É o mais claro dispositivo da Lei Eleitoral, entre muitos outros, a consagrar privilégios para os grandes partidos.

3 Numa flagrante violência à legitimidade da disputa eleitoral, os legisladores das classes dominantes decidiram, ao arripio de farta argumentação jurídica contrária e de emenda apresentada pela bancada parlamentar do PCdoB, manter os votos em branco para efeito do cálculo do quociente eleitoral das eleições proporcionais e, ao mesmo tempo, usando dois pesos e



Passeata contra revisão em São Paulo

PSDB e PPR, é levar a efeito o plano de desmonte do Estado Nacional, visando a transformar a nação em vassala subalterna às grandes potências mundiais. Sob o falacioso argumento de adaptar e inserir o Brasil na "nova ordem" mundial, querem estruturar a ordem econômica de molde a torná-la complementar da economia dos países imperialistas. Para isso tentarão emendar a Constituição no sentido de liquidar o monopólio do Estado sobre setores

estratégicos, como prospecção de petróleo e de outros minerais, as telecomunicações etc., e remover todas as barreiras à desenfreada espoliação do capital estrangeiro sobre a economia nacional.

Dessa maneira, a revisão constitucional configura-se como um grave ato de traição à pátria, uma ameaça aos fundamentos da própria nação. O governo e os grandes partidos das classes dominantes voltam as costas ao povo brasileiro e submetem-se, qual lacaios, às ordens dos potenciais internacionais.

A revisão constitucional tem ainda por finalidade manter a "governabilidade" do país e a "estabilidade" das instituições a partir de uma maioria conservadora pré-fabricada, mercê de maquinacões antidemocráticas contra a participação do povo e dos partidos progressistas nas decisões sobre os problemas do país. Pretende-se fechar ainda mais o regime político, torná-lo

mais reacionário e afastado do povo.

4 Outrossim, na alça de mira da maioria revisionista conservadora estão algumas importantes conquistas sociais dos trabalhadores, notadamente o direito de greve, a estabilidade de emprego do funcionalismo público e os direitos previdenciários.

O Partido Comunista do Brasil conchama o povo brasileiro e todas as correntes políticas democráticas, patrióticas e progressistas, as entidades representativas da sociedade civil a se unirem, independentemente da filiação partidária, num grande movimento de luta por conquistas nacionais, democráticas e sociais. A atual geração de brasileiros não pode permitir que sua história seja enxovalhada e coberta pelo opróbrio da alienação da soberania nacional e da liquidação do regime democrático. Consentir em tamanho crime de lesa-pátria é comprometer inexoravelmente a liberdade e a independência do solo onde nascerão e viverão as futuras gerações.

Estamos convencidos de que todos os patriotas e democratas verdadeiros, os trabalhadores, estudantes, intelectuais, jovens e mulheres continuarão mobilizados em manifestações massivas e unitárias para defender a soberania do país, as liberdades políticas e os direitos sociais.

São Paulo, outubro de 1993
A Direção Nacional do
PCdoB.

Congresso aprova lei eleitoral reacionária

O Partido Comunista do Brasil vem a público para condenar energicamente a Lei Eleitoral, aprovada pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e sancionada pelo presidente da República. Alerta os brasileiros e as correntes democráticas e progressistas que se trata de mais uma investida reacionária, no campo institucional, contra o regime democrático, mais um passo das classes dominantes para fechar, tanto quanto possível, os canais de participação popular na vida política nacional.

1 O Congresso Nacional aprovou, em votação açodada, sob intensa pressão das cúpulas dos grandes partidos, das elites dirigentes do país e dos meios de comunicação monopolizados, a Lei 3831-D, que estabelece normas para as eleições de 3 de outubro do ano vindouro.

Seus dispositivos visam a restringir a capacidade de concorrência das correntes populares, coibir a participação democrática do eleitor e criar condições para a manutenção e ampliação do domínio dos grandes partidos no Congresso Nacional.

A Lei Eleitoral é reacionária

duas medidas, retirar os votos em branco, assim como os nulos, da avaliação do resultado das eleições majoritárias.

Além de ser inconstitucional, a consideração dos votos em branco no cálculo do quociente das eleições proporcionais é facciosa. Beneficia os grandes partidos e significa mais um instrumento casuista para golpear as menores legendas, na medida em que eleva artificialmente o quociente eleitoral.

4 Capítulo à parte é o que trata da propaganda eleitoral, especialmente aquela veiculada por rádio e televisão. Também aqui, a desigualdade de condições entre grandes e pequenos partidos é o princípio diretor da lei, pois o critério segundo o qual se divide o tempo disponível é o número de representantes de cada partido ou coligação na Câmara dos Deputados.

Mas não se limita a isso o caráter restritivo dos dispositivos sobre propaganda no rádio e na televisão. Cedendo às pressões dos que monopolizam os meios de comunicação, o Congresso decidiu padronizar os programas eleitorais, que deverão ser feitos exclusivamente em es-

túdio, e proibir a utilização de gravações externas. Isso somente conduzirá a um maior afastamento do eleitor dos debates, pois os programas, assim concebidos, serão monótonos e desinteressantes.

Tudo isso evidencia que a Lei Eleitoral é mais um golpe dos grandes partidos conservadores contra a democracia. Juntamente com a Lei Orgânica dos Partidos, em tramitação no Congresso Nacional, e a Revisão Constitucional, faz parte da desenfreada ofensiva das forças de direita para monopolizar definitivamente o poder político, condição sine-qua-non para levar a efeito seus projetos de desmonte do Estado Nacional e de aplicação, sem obstáculos de qualquer natureza, do plano imperialista neoliberal no Brasil.

Com leis desse tipo, o regime político torna-se ainda mais fechado, elitista e excludente. Regidas por tais regras, as eleições de 1994 resultarão na formação de uma maioria ainda mais reacionária e conservadora no Congresso Nacional.

São Paulo, outubro de 1993
A Direção Nacional do
PCdoB.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

BANCADA Comunista

Parlatino

O deputado federal Aldo Rebelo, líder do PCdoB na Câmara, foi indicado para integrar a Comissão de Defesa do Usuário do Parlamento Latino-Americano representando o Brasil.

Aldo recebeu telex do presidente do Banco do Brasil, Alcyr Caliari, informando que foram admitidas 8196 pessoas aprovadas no concurso do banco na gestão de Collor. Aldo tem mantido contato com o BB para garantir que os 30 mil aprovados no concurso sejam convocados. Caliari informou que prorrogou o prazo de validade da prova até 1996.

Posseiros

O deputado estadual paraense Neuton Miranda (PCdoB) denunciou na Assembléia Legislativa do Pará o desaparecimento de trabalhadores rurais e a violência a que são submetidos no sul e sudeste do estado. A causa é a disputa por terra.

O assassinato de um fazendeiro que dizia colecionar orelhas humanas detonou um processo de perseguições aos lavradores. Eles são presos sem mandado judicial e torturados.

O confronto entre policiais e posseiros tem provocado destruição de casas, roças e animais. Neuton requereu à Assembléia que sejam prestados esclarecimentos pela Polícia Civil e propôs que a Comissão de Direitos Humanos da Casa se desloque até Rio Maria para ouvir as vítimas da violência.

Embraer

João Bosco, vereador pelo PCdoB em São José dos Campos (SP), apresentou à Câmara moção repudiando a proposta de privatização da Embraer defendida pelo deputado federal Aloisio Mercadante (PT-SP). O Comitê de Defesa da Embraer promoveu um seminário tentando encontrar alternativas tecnicamente viáveis para a continuidade da empresa, como estatal, produtora de aeronaves e geradora de ciência e tecnologia. Diversos conferencistas participaram, mas a fala destoante foi a de Mercadante que usou o espaço que lhe foi oferecido para sugerir que o governo promova o saneamento financeiro da Embraer, fique com 45% das ações com direito a voto, venda 40% de suas ações em leilões públicos para empresas privadas nacionais e estrangeiras e venda 15% para seus atuais e ex-empregados.

Cinismo dos EUA no golpe

O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB-BA) fez pronunciamento na Câmara dos Deputados condenando o golpe de Yeltsin na Rússia. Ele afirmou: "O golpe na Rússia não é motivo de surpresa para nós comunistas. Yeltsin é um renegado, traidor do povo, uma figura sinistra, que se situa na linha de frente da política de traição ao socialismo que se iniciou com Kruchev e teve seu ponto alto com Gorbachev, levando a URSS, outra potência desenvolvida, a uma

Meridional

Em Cruz Alta (RS), a Câmara aprovou moção do vereador José Martins (PCdoB) apoiando o projeto de lei do deputado federal Edson Silva (PCdoB-RS) que altera a lei 7315/85, propondo ao Banco Meridional a atribuição de depositário dos recursos da União para aplicação em projetos de desenvolvimento regional no Sul do país, conforme o artigo 192, parágrafo 2º da Constituição federal.

Cultura

Em Bento Gonçalves (RS), o vereador Paulo Wünsch tem se reunido com grupos culturais para discutir um projeto de lei de incentivo à cultura no município. A intenção é buscar formas de incentivo fiscal à produção artística na cidade.

Ambiente

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Salvador, presidida pelo vereador Javier Alfaya (PCdoB), promove no fim de outubro a primeira sessão do 1º Tribunal Ecológico de Salvador, com a finalidade de identificar violências contra o meio ambiente e determinar providências junto ao poder público. O Tribunal também fará campanha educativa na cidade visando diminuir práticas nefastas ao meio ambiente.

Transporte

Em Pelotas (RS), a cidade discute o projeto substitutivo do vereador Luiz Carlos Mattozo (PCdoB) permitindo o funcionamento normal dos ônibus comunitários, com tarifa diferenciada do valor das demais empresas. Cada entidade comunitária poderá credenciar até dois ônibus para fazer transporte coletivo prioritariamente nas regiões onde o serviço é precário.

Revisão

A Câmara Municipal de Santa Maria (RS) aprovou manifesto contra a revisão constitucional, proposto pela vereadora Maria Gessi (PCdoB). O documento foi assinado por 13 dos 21 vereadores da cidade. Também a Assembléia Legislativa do Amazonas aprovou requerimento do deputado Eron Bezerra (PCdoB) contra a reforma da Constituição. Cópias foram enviadas aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

situação de degradante desagregação."

Noutro trecho Haroldo diz: "Há pouco tempo, quando Gorbachev foi alvo de um golpe, os Estados Unidos mobilizaram o mundo para conseguir sua condenação, recorrendo para tanto aos argumentos mais hipócritas da defesa das instituições, do respeito à Constituição e às liberdades.

Agora, cínicos e despidorados, passam uma borraça em tudo que disseram.

Chame o ladrão

▼A onda de violência, principalmente no Rio, trouxe à tona um debate sobre o papel da polícia no país. Alguns falam em desmilitarizar a PM, outros até em pena de morte. Mas será que a solução do problema passa por essas propostas?

Marcos Ruy



Populares fogem de Acari, no Rio

Nos anos 70, na música *Acorda amor*, Chico Buarque sugere ironicamente que se "chame o ladrão" para combater a polícia, numa época em que as forças policiais atuavam na repressão política. A guerra deflagrada no Rio pelo crime organizado repete tragicamente essa situação, como diz a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) "a sociedade hoje tem um sentimento básico que é o medo." Já para o deputado federal Lourival Freitas (PT-AP) "tanto no Rio como em outras capitais está ficando cada vez mais difícil distinguir a delinquência dos bandidos com a oficial."

A onda de violência não se restringe ao Rio, entretanto. Em São Paulo, várias entidades, no dia 2 de outubro, realizaram manifestações para lembrar um ano do massacre do Carandiru, ocorrido na Casa de Detenção, quando 111 presos foram assassinados pela Polícia Militar. Até agora ninguém foi punido e as perspectivas mais otimistas apontam para 1995 o julgamento dos 120 policiais envolvidos no episódio. Também em São Paulo, o investigador Celso José da Cruz foi condenado a 516 anos de prisão acusado da morte de 18 presos. Como punição por uma tentativa de fuga, o investigador colocou 50 presos numa cela forte sem ventilação. 18 morreram asfixiados, no dia 5 de fevereiro de 1989.

Mas o grande destaque fica para o Rio de Janeiro, onde parece acontecer quase uma chacina por dia. Conforme o presidente do PCdoB-RJ, Edmilson

Valentim, "o empobrecimento do Estado, com as indústrias indo embora, somado à crise do país, é a principal causa do aumento da violência." Ele explica também que o crime organizado tem uma estrutura invejável no Estado, com penetração até no movimento popular através de associações de moradores do Rio. "Existem prefeitos e vereadores ligados ao crime. Um vereador da capital fluminense é do Comando Vermelho", diz. Para a deputada federal Regina Gordilho (Prona-RJ), os policiais do Rio "são bandidos disfarçados e de carteira assinada."

Polêmica. O que se discute agora é o tipo de combate que se deve fazer para acabar com a violência no Rio. No dia 28 de setembro, na favela de Acari, 150 policiais enfrentaram traficantes, levando a população ao desespero (veja foto). Fica clara a necessidade de uma solução urgente para o problema. O deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP) propõe a desmilitarização da PM, unificando-a com a Polícia Civil. Outros defendem a intervenção federal no Rio de Janeiro, com a participação do Exército na repressão ao tráfico de drogas e nas forças policiais. Há setores com pretensões de armar a população para uma "autodefesa". Os mais conservadores defendem a implantação da pena de morte e a maioria aos 16 anos como forma de combater os criminosos. Vale lembrar que o deputado federal Amaral Netto (PPR-RJ) conseguiu 347 assinaturas para pôr em votação o seu projeto de lei de pena de morte.

Para Edmilson Valentim "a intervenção federal não resolve. O problema é muito mais grave. É preciso resolver as questões sociais, como a miséria, o desemprego etc." O governador Leonel Brizola diz que esses problemas só serão resolvidos quando "o Brasil puder sair deste pântano em que as suas elites o vêm enterrando nos últimos decênios."

"Mãos limpas". Após o depoimento do ex-policial, informante da PM, Ivan Custódio Barbosa de Lima, vários policiais cariocas foram presos e estão sendo julgados pela participação na chacina de Vigário Geral e em outros episódios. O ex-policial tem fornecido informações detalhadas, possibilitando a atuação da chamada operação *Mãos Limpas* na polícia do Rio. O vice-governador Nilo Batista promete levar às últimas consequências as apurações do envolvimento de policiais com o crime organizado. Edmilson Valentim, porém, defende a necessidade do "governador Brizola assumir pessoalmente o encargo de revelar à sociedade o submundo do crime."

Nos jornais do dia 7 de outubro, Nilo Batista afirmou que a polícia do Rio está "descontrolada". Para ele "este sim é o verdadeiro crime organizado". A posição do Diretório Regional do PCdoB-RJ é de que "o povo carente, vítima maior dessa situação, respira a insegurança e o medo. O governo estadual precisa acompanhar passo a passo as investigações, até o final, para garantir as punições necessárias. E através do diálogo com a sociedade, buscar formas de viabilizar o desmantelamento dos grupos de extermínio." Grupos com inegável participação de policiais, empresários e comerciantes. É uma manifestação da luta de classes onde a burguesia mata para manter seus privilégios. Como na música de Chico Buarque, se a Polícia chama o ladrão! Na verdade aumenta o anseio por cidadania, sem fome, sem miséria, com educação e justiça.

FHC, o leva e traz

▼ Fernando Henrique Cardoso, a principal figura do governo, se movimenta com desenvoltura entre Washington, Brasília e a Europa. Faz o trânsito entre o FMI, o Clube de Paris e a revisão constitucional, traçando a rota da traição nacional.

Dilermando Toni

Ao completar um ano que o povo escorraçou Collor de Mello do Planalto a *Folha de S. Paulo* concedeu-lhe espaço para um longo artigo. O discurso da "vítima" continha uma verdade inquestionável: a certa altura Collor afirmou que o atual ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso vem colocando em prática toda a política neoliberal da época de seu governo.

Em Washington, onde esteve até o dia 2 de setembro, o servil FHC participou da reunião anual do FMI (do qual é um dos governadores) e do Banco Mundial, manteve contatos com autoridades da área econômica dos EUA e com banqueiros, dizendo-se disposto a aplicar as orientações da "comunidade financeira internacional" para tentar estabilizar a economia nacional que navega nas águas de uma inflação mensal de 35%.

FHC se encontrava nos EUA justamente no momento em que o Congresso Nacional decidia a sorte da revisão constitucional. A viagem por si só, naquela ocasião já deveria ser considerada inoportuna para um homem investido numa Pasta de tal responsabilidade. Mais que isso, para quem tem um mínimo de

sentimento nacional, a revisão deveria ser considerada um assunto a ser resolvido sem interferência externa, mas o que fez o ministro? Em todos os seus pronunciamentos defendeu a revisão mais ampla possível, que fosse da reforma tributária ao fim dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. Agindo assim como um perfeito puxa-saco diante de seus patrões.

Penalizando o povo. O ajuste proposto por FHC segue o já surrado raciocínio de tentar acabar com o déficit público com cortes no orçamento e com a reforma fiscal. O alívio pretendido chegaria aos US\$ 25 bilhões. Nos cortes seriam atingidos setores essenciais. A novidade, pasmem, fica por conta da idéia de acabar com os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Integração Regional, do Meio Ambiente e do Bem-Estar Social, inclusive da Legião Brasileira de Assistência (LBA) considerados pelos técnicos do Ministério da Fazenda como "sumidouros de recursos públicos".

No entanto os tecnocratas da economia consideram insuficientes esses cortes e preparam um "purgante" segundo suas próprias palavras que seria administrado aos contribuintes para aumentar a arrecadação fiscal. Isto significa a elevação das alíquotas de vários impostos, IOF e IPI, por exemplo, bem como a redução do limite de isenção para o pagamento do Imposto de Renda da pessoa física, atualmente

fixado em 1000 Ufirs. Os técnicos da Fazenda afirmam que "dificilmente o governo vai deixar de mandar ao Congresso o costumeiro pacote fiscal do fim do ano".

O interessante é que o governo não cogita abordar de forma séria o problema da dívida interna, um dos maiores reponsáveis pelo déficit público e pela inflação. O boletim do Banco Central de agosto dá os números oficiais da dívida: US\$ 134,4 bilhões no final do primeiro semestre de 93.

Mais privatizações. A ordem de FHC é "pisar fundo" na venda das empresas públicas com três medidas básicas. Para facilitar a venda, a proposta é que toda a dívida do governo com as empreiteiras seja transformada



Patentes, acalmar os EUA

Ainda quando era ministro das Relações Exteriores, FHC foi portador dos interesses dos monopólios norte-americanos na questão das patentes. Como se sabe a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que agora se encontra no Senado cujo texto preserva alguns interesses nacionais como fruto da luta de parlamentares progressistas e de amplos setores da sociedade civil. Tal fato deixou irritados os monopólios estrangeiros.

Pois bem, agora o governo tenta acabar com a parte sã do projeto. Foi o que anunciou na quinta-feira, 7, José Roberto Gusmão, presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em Nova Iorque, no auditório do Council of Americas, proferindo palestra para sessen-

ta grandes empresários norte-americanos que têm negócios com o Brasil. Pouco antes da reunião, Gusmão afirmou sem maiores rodeios: "Vamos acalmar as lideranças empresariais e representantes do governo norte-americano, mostrando que o novo código das patentes em discussão no Senado representará um avanço significativo com as últimas mudanças sugeridas pelo governo, que aproximam bastante o texto do projeto das reivindicações norte-americanas".

O governo propõe o direito de patenteamento de microorganismos (seres vivos estariam proibidos), sem a restrição de proteger somente aqueles transformados em produtos industriais como na proposta da Câmara e ainda - sob o pretexto de estimular

a concorrência - modificações nos mecanismos de garantia do direito de importação paralela possibilitando que um mesmo titular de patente no Brasil importe sem restrições produtos por ele patenteados no exterior. Quanto ao pipe-line ou patente retroativa, a intenção governamental é acabar com qualquer restrição a fim de permitir o depósito de patentes àqueles que não puderam fazê-lo devido à atual legislação.

As "brilhantes" idéias de FHC são exatamente iguais às do projeto inicial de Collor. Se prevalecerem poderão acalmar a ira do imperialismo mas trarão consequências profundamente nocivas à soberania e ao desenvolvimento científico nacional, à saúde e ao bolso do brasileiro.

em moeda de privatização. "Simplificação" do processo já que, segundo Persio Arida o novo presidente do BNDES, "o caráter democrático do programa impede a venda das empresas em prazo curto".

Além de lutar pela quebra dos monopólios constitucionais fazer uma lista que de imediato incluiria 18 hidrelétricas já construídas ou em construção, a usina nuclear de Angra II, a Embraer e o Loyd Brasileiro. Esses são os "belos planos" do governo que deveriam ter sido anunciados na semana passada mas que não o foram porque ainda se tenta colocar a Vale do Rio Doce no rol das empresas que vão a leilão.

Na semana que passou no Brasil antes de seguir para a Europa na sexta-feira, 8, FHC se dedicou a preparar o novo plano de privatizações, naturalmente pensando em chegar a Paris com a "boa nova".

Mas não foi só isso. FHC está assumindo oficialmente a partir de agora o papel de principal articulador político dos temas econômicos na revisão constitucional com uma agenda que começou com uma reunião com o PMDB no dia 6 e que deverá abranger todos os partidos que apóiam a revisão até o fim do mês.

Tal é a rota da traição nacional que vai seguindo Fernando Henrique Cardoso. É com esses serviços que ele pretende se credenciar para concorrer à Presidência da República. Seu caso mereceria um estudo por parte dos interessados em explicar as guinadas individuais de quem é capaz de ser humano quando abandona toda e qualquer convicção patriótica ou democrática.

Alerta Verde e Amarelo

De passagem por Curitiba na segunda-feira, 4, quando retornava da Convenção Estadual do PCdoB no Rio Grande do Sul, o presidente nacional do partido, João Amazonas foi recebido pelo governador do Paraná, Roberto Requião. Na ocasião Amazonas e Requião trocaram opiniões sobre a situação política, manifestando particular preocupação com a revisão constitucional que representa uma ameaça à nação. Foi vista com simpatia a articulação de um encontro de governadores, prefeitos e deputados a fim de tratar do problema. Requião propôs lançar uma campanha de alerta verde e amarelo para defender a nação ameaçada.

PCdoB esclarece

A insistência com a qual diversos órgãos de imprensa especulam sobre possíveis acordos que teriam sido feitos pelo PCdoB com este ou aquele partido ou candidato tendo em vista o pleito de 94 não corresponde à real postura que o partido vem adotando em relação a essa questão. Na opinião do PCdoB, embora diversas forças políticas venham se movimentando na perspectiva do pleito vindouro, o quadro nacional é de extrema instabilidade haja visto a tentativa do golpe da revisão constitucional e a crise social em ebulição. Assim sendo o partido considera que o jogo político para 94 ainda não está definido sendo portanto prematuro optar por aliança com essa ou aquela força política para as eleições presidenciais. O PCdoB continua mantendo contatos e articulações com partidos e personalidades que se interessam pela troca de opiniões e se colocam ao lado da defesa dos interesses nacionais e democráticos do povo brasileiro.

Saúde contra Maluf

Nos dias 25 e 26 de setembro realizou-se a IV Conferência Municipal de Saúde de São Paulo com a participação de mais de 2000 delegados. Apesar de ser reunião de uma instância do poder público, o evento aprovou uma moção contra a revisão constitucional e se posicionou contra o sucateamento do setor da saúde que vem sendo promovido pelo prefeito Paulo Maluf. Na abertura da Conferência o secretário da Saúde Silvano Raia se retirou do plenário debaixo de vaias. Os delegados manifestaram-se contra a privatização do setor da saúde, em defesa do Sistema Único de Saúde -SUS- e pela imediata implantação da municipalização da saúde. A vereadora Ana Martins do PCdoB participou ativamente dos trabalhos e recebeu apoio para a criação de uma comissão imediatamente uma CPI da Saúde na Câmara Municipal de São Paulo.

Truculência marca início da revisão

▼O pleno do STF cassou a liminar que suspendia o início da revisão constitucional. Humberto Lucena instalou o início do processo revisionista contrariando a opinião de todos os setores que defendem a soberania nacional

Guiomar Prates

O presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena, instalou a revisão constitucional no dia 7 de outubro, às 21 horas. Os parlamentares dos partidos que não concordam com a revisão retiraram-se do plenário e marcaram uma reunião para o dia 11, quando definirão a tática a ser utilizada daqui para a frente.

No dia em que a Constituição completou cinco anos, 5 de outubro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelos líderes do PCdoB, Aldo Rebelo, do PDT, Luiz Salomão, do PSB, Miguel Arraes, e Hélio Bicudo, pela liderança do PT. Mas a liminar, que anulava a sessão do Congresso do dia 22 do mês passado, quando foi lido o projeto de resolução que marcava o início da revisão, foi cassada pelo pleno do STF, permitindo que o processo fosse instalado.

Decidido a passar a revisão na marra, Lucena não observou o quórum mínimo exigido para co-



Inocência usa truculência para impedir a cobrança do povo

meçar a sessão no dia 22 de setembro, caracterizando mais um golpe contra a democracia.

Os partidos de oposição encontravam-se em obstrução e não registraram presença no painel eletrônico.

Se essa decisão fosse confirmada pelo pleno do STF, ficaria inviabilizada a ação que Humberto Lucena move contra deputados do PDT, por falta de decoro parlamentar. Na verdade, os deputados contrários à revisão estão convictos que a falta de decoro parlamentar foi cometida por Humberto Lucena, que desrespeitou o Regimento Interno do Congresso.

Pelo despacho do ministro ficaria inviabilizada a sessão que daria início à revisão no dia 6. Para recomençar os trabalhos de modificação da Constituição, a Mesa do Congresso deveria reiniciar todo o processo, utilizando uma sessão para ler o projeto de resolução que fixa o início da revisão, duas sessões para discussão e uma outra

para a votação. Ou seja, cumprir o Regimento Interno.

Tiro de bazuca. A decisão do ministro Marco Aurélio de Mello foi "um tiro de bazuca na revisão", segundo o líder do PCdoB na Câmara, Aldo Rebelo. Mesmo com a reversão do parecer pelo pleno do STF, a decisão de Marco Aurélio colocou pedras nos sapatos dos que pensavam que este seria um processo tranquilo, sem contestação.

Incorporados com a liminar, os revisionistas pretendiam fazer greve, numa tentativa, que afinal revelou-se eficaz, de pressionar o STF para modificar a decisão. Inocência Oliveira chegou a anunciar que não haveria sessão na Câmara, uma tentativa de aparecer para a sociedade como vítima, como se o Poder Judiciário estivesse impedindo o funcionamento do Poder Legislativo, o que não é verdade.

Apenas estava mandando respeitar o regimento Interno do Legislativo, a única garantia de que

eventuais maiorias sigam as regras pré-estabelecidas para exercer seu poder; garantia que já não existe, tamanha é a sede de fazer constar da Constituição os pontos indispensáveis para a completa imposição do projeto neoliberal no país.

Logo que soube da manobra pretendida pela direita, a liderança do PCdoB tentou garantir quórum para a sessão, mantendo o Legislativo em funcionamento. Uma nota divulgada pela liderança, afirma que "a Mesa não tem amparo regimental para suspender sessão como chegou a ser anunciado." E denunciou que a Mesa estava manobrando no sentido de impossibilitar a realização da sessão, não colocando a plaqueta do horário da sessão, não abrindo a lista de inscrições para o pequeno expediente e informando através do correio eletrônico que não haveria sessão.

A liderança do PCdoB classificou a manobra de "uma retali-

ação absurda contra uma decisão legítima do Supremo, que apenas garantiu o direito dos partidos minoritários contrários à revisão constitucional, os quais solicitaram a anulação de uma sessão ilegal, sem quórum, realizada ao arpejo do Regimento do Congresso".

Desmoralização. A truculência da direita desencadeou no Congresso Nacional cenas que podem ser comparadas ao tempo da ditadura, numa completa desmoralização do Congresso.

No dia 29, um grupo de manifestantes foi brutalmente agredido e retirado à força de dentro da Câmara dos Deputados. Os seguranças, a mando de Inocência de Oliveira, espancaram até deputados, desrespeitaram funcionários e não pouparam sequer os jornalistas que faziam a cobertura.

Com as galerias vazias, porque a maioria dos deputados reacionários já não suporta a pressão de sindicalistas, estudantes e dos setores que defendem a soberania nacional, foi aprovado o início da revisão. Mas mal passou uma semana e eles puderam sentir que este não será um processo tranquilo.

Agora, o STF terá que julgar outro mandado de segurança que questiona a legalidade da sessão do dia 29 de setembro, por desrespeito ao regimento interno do Congresso.

Por outro lado, cresce a mobilização popular contra a revisão constitucional. Atos se multiplicam por diversas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia e Porto Alegre. Nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas, vereadores e deputados se posicionam contra a revisão, como no Rio Grande do Sul, onde parlamentares de todos os partidos, exceção do PPR, assinaram manifesto encabeçado pela deputada Jussara Cony (PCdoB).

Protesto em frente ao Congresso

No dia 5 de outubro, cerca de 15 mil pessoas vindas em caravanas de diversos estados realizaram uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, num vigoroso protesto que promete se repetir ao longo da batalha em defesa da Constituição, dos interesses nacionais e dos direitos sociais dos trabalhadores.

Participaram do ato lideranças e dirigentes do PCdoB, PDT, PT, PSB e PSTU, além de entidades que fazem parte do Movimento Cívico contra a revisão, como OAB, UNE, CONAM, UBES, CNBB, CUT, CGT e dezenas de entidades sindicais de todo o país.

Mobilização. O presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, apontou a mobilização popular como a alternativa mais viável para impedir a revisão. "Vamos tentar formar a opinião pública.

Os sindicalistas precisam colocar o povo na rua em defesa da soberania do país. Precisamos

impedir a continuidade do desmonte do Estado iniciado no governo Collor", afirmou.

Paulo Ramos, (PDT/RJ) afirmou que irá até às últimas consequências para impedir a revisão. "Os que querem a revisão são os mesmos setores que se beneficiaram do Estado durante a ditadura e agora querem enfraquecê-lo".

Denúncia. O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas foi um dos mais aplaudidos. "Esta é a casa que os deputados demagogos costumam dizer que é do povo, mas que hoje aparece como dos inimigos do povo, porque o povo não tem direito sequer de entrar para olhar na cara dos que receberam o voto e estão traindo o mandato", denunciou.

Amazonas voltou a denunciar que está em curso uma grande traição que vem de fora e que a maioria dos deputados se comporta como lacaios dos banqueiros internacionais. "Quem sente na alma as emoções do povo não pode permitir o golpe que se aba-

te sobre a Nação. O que está em jogo são os direitos sociais. Mas do que isso, a liberdade e a democracia. Um país que nunca teve muita liberdade encontra pela frente verdadeiros algozes". E alertou: "Essa luta começa agora e não é só uma luta do Brasil. Basta ver o exemplo de Yeltsin, bombardeando o Congresso russo. A burguesia quer a volta do facismo". Apesar disso, o presidente do PCdoB é otimista. "Estamos começando uma grande jornada, que será vitoriosa porque o povo se levantará de norte a sul do país para dizer não a essa cambada de traidores e inimigos do povo".

O presidente do Conselho Federal da OAB, José Roberto Batochio, denunciou que "estão querendo substituir a Constituição do povo pela constituições da Fiesp, da Febraban e da CNT". Já o presidente da UNE, Fernando Gusmão, afirmou que o Congresso deveria estar preocupado em votar a nova Lei de Mensalidades, que beneficia os estudantes em vez de ficar tramando o fim da gratuidade no ensino.

Contra a aventura revisionista

Uma reunião - almoço realizada na casa do líder do PCdoB, Aldo Rebelo, com lideranças do PT, PCdoB, PSB, PDT e PSTU, no dia 5 de outubro, definiu os rumos que a oposição deverá tomar para inviabilizar a revisão constitucional. Com a presença da Lula, João Amazonas, Miguel Arraes, Luís Salomão e outros parlamentares, foi elaborada uma nota conjunta que denuncia à Nação "a forma arbitrária, ilegal e antidemocrática como está sendo conduzida a revisão constitucional."

Resolve reafirmar a posição de não participar de qualquer negociação com vistas ao estabelecimento de agenda mínima, data de conclusão e do regimento interno ditatorial que se pretende impor; manter a articulação para ações conjuntas com o Movimento Cívico Contra a revisão, intensificando o esclarecimento e a consequente mobilização da sociedade para barrar a aventura revisionista; propor a realização de um Encontro Nacional de governadores, prefeitos, parlamentares e outras personalidades democráticas em Brasília, contra a revisão constitucional.

Também ficou definido que no dia 16 de novembro haverá um grande ato público contrário aos trabalhos de mudanças na Constituição.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Entrevista

MIGUEL
ARRAES

▼O deputado federal Miguel Arraes foi duas vezes governador de Pernambuco, cassado e exilado político pelo regime militar quando governava o estado pela primeira vez. Um dos símbolos da resistência patriótica e democrática brasileira, ele voltou ao Brasil com a anistia e se elegeu governador pela segunda vez em 1982. Foi o deputado federal mais votado do país em 1990 e é uma das maiores lideranças do PSB

Por Guiomar Prates

Classe - Como o senhor avalia a aprovação da revisão constitucional pelo Congresso?

Arraes - A revisão, como querem fazer, é extremamente negativa para o país, principalmente porque atravessamos uma crise política, econômica e social, de descontentamento da população; sobretudo quando o Congresso se encaminha

para o último ano de mandato. Se uma revisão devesse existir, deveria ser feita em uma outra legislatura, com novos deputados, que representassem a nova situação que se criará no país.

Classe - Essa reforma vem sendo suficientemente discutida?

Arraes - Não se vê na grande imprensa debate mais aprofundado de certos temas, como a queda do monopólio do petróleo, a privatização das telecomunicações, coisas do gênero. E não se vê uma palavra a respeito da questão da terra no Brasil, uma questão vital para abrir caminhos ao desenvolvimento, para dar trabalho ao povo. Dar terra ao povo é a única maneira de remover com mais rapidez o desemprego. Ter terra é uma forma de as pessoas poderem trabalhar com muito mais rapidez, com investimentos mais baixos. Ao contrário, a Constituição, neste particular, ficou atrás do *Estatuto da Terra*, aprovado pela ditadura, que regula esta questão ainda de forma muito insuficiente, porém mais avançada

que o texto constitucional.

Outras questões podem ser mudadas, conforme as circunstâncias, como os encargos da dívida externa, obrigados a figurar no orçamento, ponto também incluído na Constituição, o que é um contrasenso porque dívida é uma coisa que pode ser negociada, está sujeita à moratória. Há, portanto, mudanças que precisam ser feitas na Constituição, mas a esse tipo de mudança ninguém se refere e sim a outros pontos, no sentido de piorar a Constituição.

Classe - Como o senhor vê as manobras que estão sendo feitas para restringir ou impedir a participação dos partidos contrários à revisão, até no sentido da apresentação de emendas?

Arraes - Na discussão do regimento dessa revisão, devemos lutar para que possamos apresentar emendas, ampliando os direitos sociais dos trabalhadores. Esta é uma outra batalha que teremos de enfrentar agora.

Classe - Qual a sua opinião sobre a nova lei eleitoral, aprovada recentemente pelo Congresso Nacional?

Arraes - Em relação ao projeto inicial, a lei aprovada é mais flexível. Mas de qualquer maneira, trata-se de uma lei restritiva à organização partidária, existem traços de inconstitucionalidade muito fortes, porque a Constituição diz que a organização dos partidos é livre. Portanto, tantas restrições ferem a Constituição. Agora, essas restrições parecem fazer parte de uma

grande manobra para ir reduzindo as liberdades conquistadas no país.

Classe - Em que contexto as elites pretendem aplicar essa lei?

Arraes - É dado que a situação social se agrava, com essa política econômica do governo; a contestação aparece, aparecem os graves resultados da enorme concentração de renda que se faz no país e o resultado disso é a marginalização de uma parcela enorme da população, em todos os recantos do país. E, mais ainda, a marginalização de áreas pobres, como o Centro-Oeste, o Nordeste e outras áreas. No Nordeste, com a seca, agravou-se a situação da população. Existem vários casos de pelagra, último estágio de subnutrição; gente morrendo por falta

de alimentos em várias áreas do Nordeste, além de várias doenças de que ouvimos falar no século passado, como o cólera, que atacou recentemente várias cidades. Essa situação vai criar protestos. As elites precisam, portanto, de normas restritivas para ir encontrando os meios de conter essa situação.

Classe - Pessoalmente, como o senhor se sentiu nesse processo de discussão da lei eleitoral, já que é uma grande liderança mas faz parte de um partido pequeno como o PSB?

Arraes - Meu caso não teria importância porque atingiria uma pessoa. Nós nos limitamos a alegar a inconstitucionalidade da lei porque ela fere o primeiro dispositivo da Constituição, que declara que o regime do país pode ser caracterizado pela pluralidade política e esta só pode se manifestar através da pluralidade partidária. A Constituição prevê a existência de partidos, das tendências as mais diversas, e não pode ser restringida. Por outro lado, outros dispositivos, como aquele que trata dos direitos adquiridos precisam ser respeitados. Se o partido já se registrou, tem registro definitivo, como limitar este registro se ele foi concedido para que o partido tivesse condições de apresentar candidatos nos mais diversos níveis, desde vereadores até presidente da República? Essas alegações que fizemos da inconstitucionalidade serviram pelo menos para flexibilizar o projeto que inicialmente foi apresentado.

Classe - O recente Congresso do PSB aprovou uma série de resoluções. Quais são as mais importantes para o partido, como o PSB se define hoje?

Arraes - Nós tomamos como eixo central a resolução de objetivos de caráter nacional, principalmente porque nós não acreditamos que a política econômica que está aí, nem as passadas, que pouca diferença têm dessa, possa resolver a situação do país do ponto de vista nacional, porque o modelo de capitalismo que está instalado no Brasil é um modelo extremamente concentrador e marginalizador. Está criando um fosso enorme entre uma minoria e a grande maioria da Nação, a ponto de existir milhões e milhões de excluídos no sistema capitalista. Quer dizer, quem não tem trabalho, e as massas marginalizadas é que se encontram nessa situação, não tem condições de sobrevivência condigna; essas massas estão fora desse sistema, que é feito para uma minoria e que não dá direito nem ao trabalho à população. Então, administrar este modelo não leva a nada. Ele tem que ser rompido para que a economia seja democratizada, para que haja condições de trabalho no país inteiro, diferentes atividades possam ser retomadas e o povo possa trabalhar para ganhar a vida. Este modelo que excluía não tem condições de permanecer sobre uma Nação tão grande como a nossa.



ANGELO JOSÉ PEROSA

CONSTITUIÇÃO
GARANTE
PLURALIDADE
POLÍTICA E
PARTIDÁRIA

NÃO SE VÊ
DEBATE
SOBRE A
TERRA
NO BRASIL

O poder do Regimento

Os revisionistas pretendem contar com um poderoso instrumento para impor a modificação da Constituição: o Regimento Interno.

A proposta elaborada por Nelson Jobim (PMDB/RS), é centralizadora, antidemocrática e tem por objetivo permitir o rolo compressor contra os que defendem os interesses do país. No processo constituinte, o Regimento Interno descentralizava os trabalhos, com a criação de comissões e sub-comissões. Agora, Jobim pretende concentrar todos os poderes, já que provavelmente será o relator. O processo vai ser decidido unicamente pelo PMDB e PFL. A proposta do regimento prevê que o texto poderá ser votado simbolicamente, sem votação nominal. Para recorrer dessa decisão, qualquer parlamentar precisa de 117 apoiantes. Juntos, os parlamentares que são contra a revisão não chegam a 90. Por outro lado, a Mesa terá o direito de decidir a preferência das votações e para contestar esta preferência seriam necessários 195 deputados. A proposta de regimento prevê a possibilidade da emenda popular, com 30 mil assinaturas, mas dá o prazo de dez dias para o encaminhamento, o que inviabiliza a apresentação de emendas.

TEMA EM

Debate

Cadê a ética no jornalismo?

Dante Carravetta
Jornalista no RS

Em tempos de discussão para a regeneração da sociedade, nada mais natural que a ética no jornalismo e suas relações sociais tivessem também seu lugar ao sol. Daí a razão do surgimento desse assunto entre os temas em debate nos meios de comunicação. Pena que o tema venha sendo tratado com uma visão caolha, já que o tom dominante nos artigos apresentados até agora está mais preocupado com a conduta dos jornalistas levando em conta basicamente a serviço de quem ou de quem estão os repórteres, esquecendo a outra ponta, tão importante ou mais que a dos jornalistas. São os donos das empresas jornalísticas que, no frigar dos ovos, decidem o que publicar.

Por isso não se vêem nem se lêem na grande imprensa comentários nem artigos e tampouco opiniões sugerindo alterações na legislação brasileira impedindo que as impressoras, os microfones e as câmeras de TV se concentrem em mãos de uma só pessoa. No Primeiro Mundo, para usar um argumento bastante empregado como estratégia de comunicação pelas empresas jornalísticas em seus editoriais, isso não é permitido em nome da sociedade. Por isso também não se vê nem se lê nada sobre esse virtual monopólio da comunicação existente em vários pontos do país às vésperas da propalada revisão constitucional.

24 poderosas. Os temas em debate são Previdência Social, monopólio estatal das telecomunicações e do petróleo, estabilidade do funcionalismo, capital estrangeiro e outros, mas não o poder concentrado da grande empresa jornalística. Uma imprensa sem compromissos com a isenção ajuda ou prejudica a livre iniciativa? perguntava algum tempo atrás o jornalista Alberto Dines, um dos profissionais mais brilhantes da imprensa brasileira, já antevendo com precisão o que estava por vir na área de comunicação, hoje transformada em porta-voz de grupos de interesses.

Um exemplo recente é a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Telecomunicações (IBDT), que reúne 24 grandes empresas brasileiras e

estrangeiras interessadas no mercado de telecomunicações. O principal objetivo da entidade é assegurar na revisão constitucional o direito ao setor privado de explorar os serviços de telecomunicações no país.

Fazem parte do IBDT a Rede Globo, o jornal *O Estado de S. Paulo* e a *Rede Brasil Sul (RBS)*, três dos chamados grandes da imprensa brasileira e que, por princípio, deveriam atentar para certos compromissos e pressupostos de caráter institucional da sociedade a que servem. Como é que fica a ética no jornalismo neste caso, quando essas empresas passam a exigir uma posição que combine com seus interesses? Como se pode não cobrar ética de quem tem a oferecer a solidariedade política aos amigos e parceiros, faz a triagem de assuntos e sobretudo anulação do material?

Ética para quem? No caso específico do Rio Grande do Sul, em que a telefonia estadual (Companhia Riograndense de Telecomunicações -CRT) desenvolve um processo para sua capitalização, como é possível separar o envolvimento do grupo RBS no conflito entre a capitalização defendida pelos trabalhadores da estatal e a privatização proposta pelos empresários?

Esse interesse da RBS de obter a modificação na Carta para que o governo permita a (sua) atuação privada nesse setor não seria grave empecilho à independência e isenção dos seus veículos? É bom lembrar que esse mesmo grupo jornalístico foi agraciado (coincidentalmente junto com seu mais forte concorrente, mas curiosamente apenas os dois no estado) com os três dígitos da estatal de telecomunicações gaúcha, antes privativos dos serviços especiais como polícia, bombeiros, rodoviária etc.

Até hoje não se sabe quais razões levaram a companhia a se desfazer desses serviços. Se era desejo da empresa, por que só foram oferecidos a essas duas empresas? Não havia mais interessados? Será que o empresário gaúcho, seja comercial ou industrial, não gostaria de ver facilitada sua comunicação com os clientes? Não caberia perguntar então em nome da ética, não aos jornalistas mas aos donos dos veículos de comunicação, se é moralmente correto forçarem favores e graças governamentais? Para o homem comum, essas alianças soam mais ou menos assim: como criticar aquele de quem receberei favores? Para quem é do ramo, a colocação que se impõe é: quem presta informação a respeito dos que informam?

Fórum defende estatais

Sueli Scutti

Ocorreu em Brasília dias 28 e 29 de setembro o Encontro Nacional em Defesa das Estatais e do Patrimônio Público, com presença de federações nacionais de trabalhadores, sindicatos, entidades populares, estudantis e partidos de 16 estados. Foi organizado o Fórum Nacional em Defesa das Estatais e do Patrimônio Público, que vai encaminhar as resoluções aprovadas, como lutar contra todas as privatizações, pela anulação dos leilões já feitos, contra a terceirização e a destruição do serviço público, pela reintegração dos demitidos por Collor, participar das ações do Movimento Cívico contra a revisão constitucional, acompanhar os atos da CPI das Privatizações, lançar um projeto de emenda constitucional de iniciativa popular que proíba novas vendas de estatais e anule as ocorridas.

Será feita uma solicitação ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar para que apresente a proposta de emenda popular. O Fórum é inicialmente formado pelas entidades nacionais presentes: Fenape, Fitel, Fenadur, Condsef, Fenastra, CUT, CGT, UNE, Conam, mais os partidos e outras instituições que o queiram assumir. A sede provisória do Fórum é na Federação Nacional dos Petroleiros em Brasília. HIGS 704, Bloco O, casa 51, CEP 70331-765. Telefones (061) 322-3485

e 224-2149 - Fax (061) 322-3647

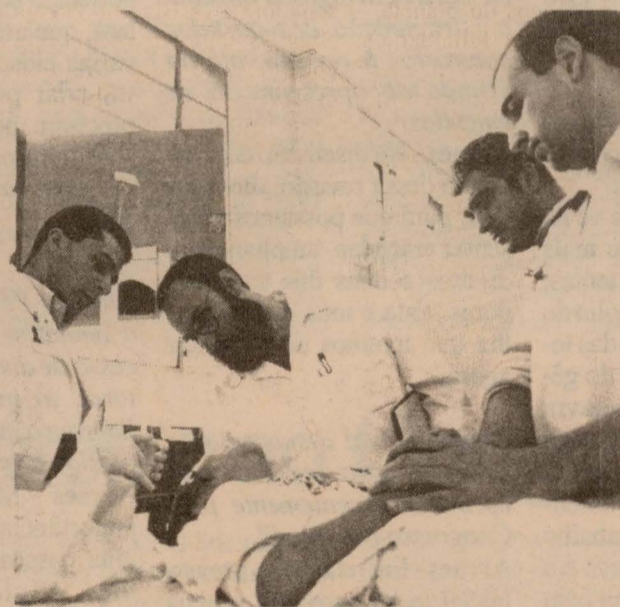
Carta de Brasília. Foi aprovada no encontro a Carta de Brasília da qual publicamos alguns trechos: "Governo após governos, aumenta a miséria e a fome de nosso povo. Em nome do chamado projeto neoliberal são implementados planos de desestruturação e pilhagem não só no Brasil, mas em todo o mundo, seguindo as orientações do FMI.

O setor produtivo estatal é vendido a monopólios privados nacionais e estrangeiros, sendo as empresas sucateadas e fechadas. As 22 estatais privatizadas já ocasionaram aproximadamente 20 mil desempregos diretos e 200 mil indiretos. Este verdadeiro índice de genocídio é chamado pelos empresários e seus economistas de índice de produtividade.

O setor de serviços públicos -como previdência, saúde e educação- é simplesmente destruído, asfixiado pela falta de verbas, demissões em massa, fechamento de postos de atendimento, sucateamento de hospitais e escolas.

Os 56,2 bilhões de dólares - valor das empresas privatizadas acrescido ao capital nelas investido - dariam para adquirir um litro de leite ao dia para cada um dos 150 milhões de brasileiros durante 20 anos. Toda essa riqueza do povo foi entregue a uma quadrilha de magnatas e tecnocratas servçais, no maior roubo do século, com o ridículo nome de leilões."

Médicos fazem congresso



Médicos lutam por remuneração digna

Carlos Frederico Dantas

Diretor do Sindicato dos Médicos/SP
e da Fenam

Com presença de 150 delegados e mais de 20 sindicatos de médicos de todo o país, realizou-se de 23 a 25 de setembro em Blumenau (SC) o 3º Congresso da Federação Nacional dos Médicos (Fenam). O temário foi variado, com mesas sobre conjuntura nacional, organização sindical e situação do trabalho médico, com grande participação dos delegados.

Na mesa sobre conjuntura estiveram debatendo o senador Almir Gabriel, representando o PSDB, o deputado estadual paulista Arlindo Chignália, pelo PT, e o médico Iran Caetano, de Vitória (ES), representando o PCdoB.

Na *Carta de Blumenau* os médicos deliberaram por dizer não à revisão constitucional, considerando que essa revisão orquestrada pela direita reacionária significará um duro golpe nas conquistas da Carta de 1988 e mais um ataque à soberania nacional. Para tanto o movimento médico nacional estará participando do calendário de luta dos setores democráticos e progressistas da sociedade

para impedir mais essa manobra do neoliberalismo.

Outro assunto destacado no congresso da Fenam foi a luta em âmbito nacional que a categoria médica vai travar em defesa de remuneração digna e melhores condições de trabalho. Os médicos estão se mobilizando pela aprovação do projeto de lei 59/93 do Senado Federal, que atualiza o salário mínimo profissional de médicos e cirurgiões dentistas. Se aprovado, elevará o salário desses profissionais para 105 mil cruzeiros reais em setembro.

Presença classista. No congresso foi discutida a organização sindical dos médicos e do setor saúde/previdência e deliberou-se por apontar o ramo da seguridade social como o mais adequado à forma de organização vertical dos setores saúde e previdência da CUT. Foi reafirmada, no entanto, a necessidade do respeito à autonomia das entidades sindicais das diversas categorias, particularmente dos médicos, que deverão se filiar e fortalecer seus sindicatos e a Fenam.

Chamou atenção no congresso a participação qualitativa e quantitativa da Corrente Sindical Classista (CSC), que teve influência nas resoluções do encontro com a tese *Que país é este?*. Participando das direções ou dirigindo importantes sindicatos de médicos pelo país e com forte presença na direção da Federação, a bancada classista conseguiu com sua ampla política de alianças, e sintetizada com os anseios da categoria, ser o divisor de águas, neutralizando a chamada "unidade petista" representada por grupos da Articulação Sindical e Força Socialista.

Finalmente destacamos a importância do movimento médico -setor social respeitado pela população e formador de opinião- na vida política e social do Brasil. Conclamamos os médicos classistas, militantes e leitores d' *A Classe Operária* a participarem de seus sindicatos ajudando a discussão dos problemas sociais de saúde e trabalho na perspectiva de transformação das estruturas de dominação responsáveis pela miséria e doenças do nosso povo.

Mulheres por qualidade de vida

Olivia Rangel

Cerca de 350 mulheres de diversos estados reuniram-se em Brasília, no dia 28 de setembro, em encontro preparatório à Conferência Mundial de População que será realizada no Cairo, em 1994.

O Encontro Nacional Mulher e População foi patrocinado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais-Abep; Cidadania, Estudo, Assessoria - Cfemea; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Comissão de Cidadania e Reprodução; Instituto da Mulher Negra - Geledés e SOS Corpo. Debateu as políticas populacionais destacando que ao invés de perseguir meta demográfica ou anti natalistas devem preocupar-se com o desenvolvimento humano, para responder às necessidades consideradas sujeitos delas mesmas.

Após a abertura foi apresentado relatório de seminários e encontros de mulheres que debateram políticas populacionais e direitos reprodutivos. Como o encontro de Conselhos da Condição Feminina, o Seminário Nacional de Mulheres Negras e o do Instituto de Ação Cultural - Idac, entre outros. Apesar da pluralidade de opiniões sobre o assunto, o encontro aprovou uma "Carta de Brasília" que defende, entre outras coisas, "a adoção de políticas públicas voltadas para a educação de base, para o combate à mortalidade, pela alimentação e pela saúde, para o exercício pleno dos direitos reprodutivos, condição *sine qua non* de uma qualidade de vida que, esta sim, será fator de equilíbrio da população mundial."

NACIONAL MULHER



Mulheres preparam conferência mundial de população

Além de representantes das entidades patrocinadoras do evento participaram dos debates Elza Berquó, da Comissão de Cidadania e Reprodução; Diana Sawyer, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Abep; Ernesto Otto Rubarth, do Ministério das Relações Exteriores; Edna Roland, do Geledés e as deputadas Maria Luiza Fontenele (PSB-CE), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), além da senadora Eva Blay (PSDB-SP).

A União Brasileira de Mulheres distribuiu documento no decorrer do encontro alertando para o fato de que é hora de perguntar: de que populações estaremos falando? E destaca que "em princípio o conjunto de mulheres e homens do planeta, seu bem-estar, sua felicidade, deveriam ser o centro das preocupações deste evento (a Conferência do Cairo). Mas não é bem assim. Essa população é dividida, catalogada e classificada, e discute-se o destino de cada um desses compartimentos (...). Nesse

debate, as mulheres, depositárias da capacidade de procriação, são julgadas a pagar penas que vão desde a esterilização compulsória a experimentações com novas tecnologias, sem que tenham direito a defesa e a voz própria."

O documento conclui afirmando que é necessário dar um basta ao controle exercido sobre a capacidade reprodutiva das mulheres. Este tema, aliás, foi debatido na segunda parte do encontro, numa mesa que discutiu a descriminalização do aborto.

Aborto em debate. O direito de decidir foi defendido na mesa do encontro que discutiu a legalização do aborto, composta, entre outros, pela deputada Jandira Feghali e pela senadora Eva Blay. A Carta de Brasília também reconhece o aborto como "um direito das mulheres e um problema de saúde pública, passando a sua descriminalização a integrar a agenda dos direitos reprodutivos fundamentais, assim como seja considerada uma condição primeira para redução efetiva

da morbi-mortalidade materna."

O debate em torno do assunto aprofundou-se no dia seguinte na audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados que tratou do tema Aborto - uma questão de saúde pública. A audiência foi promovida a pedido da deputada Jandira Feghali, que apresentou substitutivo fundindo oito projetos em tramitação na Comissão.

A audiência pública revelou que a maioria dos debatedores se manifestou a favor da legalização. Presidida pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e posteriormente pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP), a reunião contou também com a participação dos deputados José Linhares (PP-CE), Jofran Frejat (PFL-DF), de Dom Celso Queiroz, secretário geral da CNBB, de Maria Nagib Eluf, promotora de Justiça de São Paulo, Olivia Rangel, diretora da União Brasileira de Mulheres e Hércules Sidnei Liberal, do Conselho Federal de Medicina, e Maria José Rosado, representante da entidade Católica pelo Direito a Decidir - Comissão Cidadania e Reprodução. Polemizando com Dom Celso, ela afirmou que a legalização do aborto não constitui um atentado contra a vida. Defendeu a laicidade do Estado e a pluralidade de posições no interior da Igreja. E proclamou que "os católicos podem divergir e a defesa da vida passa pela legalização do aborto", já que, praticado em massa pelas mulheres de baixa renda em condições de clandestinidade e falta de segurança é uma das principais causas da mortalidade materna.

Sem-teto defendem o direito a moradia

A União dos Movimentos de Moradia (UMM) de São Paulo realizou, no dia 4 de outubro, um ato público na Praça da Sé, com passeata rumo à Prefeitura da cidade, no Parque Dom Pedro II. Cerca de oito mil pessoas, segundo a coordenadora do Movimento em Defesa da Moradia Popular, Zorilda Maria dos Santos, acamparam por três dias nas proximidades da Prefeitura, para forçar o prefeito Paulo Maluf a negociar com os sem-teto.

Uma comissão de representantes do movimento conseguiu ser recebida pelo secretário da Habitação, Lair Krahenbuhl. Segundo os organizadores da manifestação, o prefeito parou com todos os projetos de mutirões para a construção de casas, que vinham sendo desenvolvidos até então na cidade. Maluf alega que o Tribunal de Contas do Município (TCM) aponta irregularidades nas contas dos projetos de mutirões. A questão, para a vereadora pelo PCdoB, Ana Martins, então é de "corrigir as irregularidades, se é que elas existem. E não abandonar os mutirões." No dia 6, os sem-teto levantaram acampamento,

prometendo continuar a luta por moradia decente. Mas antes de deixarem o local, os manifestantes fizeram um enterro simbólico do prefeito paulistano, queimando o caixão após o protesto fúnebre.

Para o coordenador da UMM, Paulo Conforto, disse que "se não houver negociação, a saída será invadir terrenos e forçar a Prefeitura a nos atender." Ele afirmou também que "o objetivo da Prefeitura é acabar com os mutirões e favorecer as empreiteiras." A vereadora Ana Martins complementa e afirma que "o Maluf administra São Paulo em benefício das elites. Ele não conversa com o movimento popular, mas não se nega a falar com os grandes empresários".

O secretário Lair Krahenbuhl diz que a Prefeitura tem liberado verba para os mutirões em andamento. Os sem-teto divergem, no entanto, "os projetos estão sem receber verbas desde o início dessa administração", relata Zorilda. A vereadora Ana Martins afirma o respeito pelas reivindicações em torno dos mutirões, mas acredita que "não se deve prender

somente a isso, pois moradia popular é de responsabilidade do governo." Ela acrescenta ainda que o principal objetivo nessa questão, deve ser a luta pelo Fundo Nacional de Moradia Popular. Esse projeto de lei de iniciativa

popular contou com mais de 800 mil assinaturas e foi enviado ao Congresso Nacional em novembro de 1991. O projeto define como prioridade os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos por mês, como beneficiários.

Aposentados vão à luta

No dia 1º de outubro, cerca de 500 aposentados e pensionistas realizaram um ato público em frente ao Teatro Municipal, na Praça Ramos, em São Paulo. O ato, que foi promovido pela Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo, caminhou em passeata até a sede do INSS no viaduto Santa Ifigênia. A defesa da Constituição faz parte da luta dos aposentados brasileiros, afirma o vice-presidente da União dos Aposentados de Ermelino Matarazzo, em São Paulo, Antonio Almeida Soares, o Tom. Segundo ele, os aposentados também são contra a privatização da Previdência e defendem a aposentadoria por tempo de

serviço, a incorporação da última parcela dos 147% aos salários e que recebam também até o quinto dia útil do mês.

O ato contou com a presença dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Gráficos, Costureiras, Condutores e Químicos de São Paulo, aposentados do ABC e da União da baixada santista. O deputado estadual pelo PCdoB Jamil Murad foi o único parlamentar presente.

A federação organizou um debate na Câmara Municipal de São Paulo no dia 18 às 15 horas. E confirmou a realização do 13º Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas em uma quinzena de outubro em Salvador - Bahia.

30º Congresso da Ubes

Rovilson Brito

Comissão Nacional da Juventude do PCdoB

O Congresso da Ubes que se realizará nos dias 29, 30 e 31 de outubro e 1º de novembro na capital de São Paulo precisa enfrentar os seguintes desafios:

1 - Afastar de vez a divisão que existiu no movimento durante o período 87/92, reafirmando a Ubes como espaço único e unitário dos secundaristas brasileiros;

2 - Restabelecer a democracia do movimento através da legitimação dos seus fóruns e da relação da Ubes com as demais entidades;

3 - Tornar muito mais permeável a entidade, criando canais que viabilizem a participação ampla dessa juventude que aprendeu nas ruas a importância de lutar e se organizar;

4 - Romper com a subordinação da entidade a interesses menores de grupos e colocá-la como real instrumento do conjunto dos estudantes;

5 - Definir um programa que potencialize a luta dos secundaristas na questão educacional e na defesa da democracia e soberania nacional;

6 - Eleger uma direção com a cara e a disposição do novo movimento estudantil;

7 - Fazer repercutir na sociedade suas posições, afirmando seu espaço próprio como entidade e se vinculando a lutas mais gerais.

Tendo como parâmetro essas questões, os comunistas devem desenvolver todos os esforços para que seja o maior Congresso da história da Ubes, mobilizando os estudantes e preparando a participação dos delegados. Depende sobremaneira de nossos esforços o futuro e a unidade, a consequência e a combatividade da Ubes.

CSC vence na APLB

A Corrente Sindical Classista (CSC) manteve a sua hegemonia na diretoria da Associação dos Professores Licenciados do Estado da Bahia (APLB/Sindicato). Esse é o maior sindicato filiado à CUT do Estado. Os educadores baianos votaram em peso na CSC (chapa 1), como mostra o quadro abaixo:

Chapa 1: 11.320 votos
Chapa 2: 1.544 votos
Chapa 3: uniu-se à chapa quatro
Chapa 4: 2.260 votos
Chapa 5: 226 votos
Nulos: 412 votos
Branco: 302 votos

MOVIMENTO

Comunista

Internacionalismo proletário e soberania nacional

José Reinaldo Carvalho
Membro do CC do PCdoB

O projeto de programa socialista do Partido Comunista do Brasil, em debate no coletivo partidário para aprovação na Conferência Nacional de abril do ano vindouro, dedica um capítulo ao internacionalismo. A luta pelo socialismo não pode ser encarada do ponto de vista estritamente nacional. Implica uma visão ampla e abrangente, de combate decidido ao imperialismo, à burguesia mundial, ao sistema capitalista, que impede o progresso social e a realização das aspirações emancipadoras da humanidade.

Lutando pelo socialismo em nosso país, o Partido Comunista do Brasil acentua as suas tarefas internacionalistas. Apoiamos a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. Solidarizamos-nos com as nações e povos socialistas que sustentam firmemente a bandeira da construção da nova sociedade. Concebemos a luta contra o capitalismo como tarefa estratégica de todas as nações.

Tradições. Essa formulação programática corresponde às tradições do Partido, que nunca relegou a plano secundário seus compromissos de solidariedade ativa com partidos e povos irmãos. E está em sintonia com a prática que temos intensificado, desde o 8º Congresso (fevereiro/92) nas nossas relações internacionais. Desde então, com muito acerto, o Partido Comunista do Brasil, ampliou e consolidou suas relações fraternais com os países socialistas. Através do intercâmbio de delegações, reuniões bilaterais e debates sobre assuntos de interesse comum, o PCdoB vem estreitando laços com Cuba, China, RPD da Coreia e Vietnã. Resolvendo sempre a correta compreensão marxista-leninista de que não há modelos de socialismo e resguardando nossa independência política, ideológica e orgânica, o Partido Comunista do Brasil tem promovido ações

de solidariedade com esses países, que malgrado as dificuldades objetivas próprias à atual situação mundial, constituem importante fator de resistência à ofensiva anticomunista da reação. São países que com suas peculiaridades e caminhos próprios, constroem uma sociedade voltada para o progresso social, o bem-estar das massas, a liberdade e a independência nacional.

Nessa mesma linha, o nosso partido situa-se como força integrante do movimento comunista mundial, hoje com nova configuração em processo de reaglutinação. Defendendo os princípios fundamentais da doutrina marxista, sem sectarismo nem a veleidade de monopolizar a verdade, contribuimos positivamente para o reforço e a unidade desse movimento. Daí, por que a ampliação dos laços de amizade fraternal com os partidos que mantêm a identidade comunista e lutam pelo socialismo é tarefa programática dos comunistas brasileiros.

Inovação. Ao mesmo tempo que reafirma a tradição internacionalista proletária dos comunistas brasileiros, o projeto de programa socialista do PCdoB apresenta uma relevante inovação, ao associar ao internacionalismo a luta pela soberania nacional. Não lutamos pelo socialismo em abstrato, nem nossa visão universal retira-nos as raízes nacionais. Somos simultaneamente um partido internacionalista e *patriótico*, comprometido com os destinos da nação brasileira. Diria mesmo que o Partido dos Comunistas é uma força indispensável ao progresso político, econômico, social e cultural de nossa terra e nossa gente. Por isso, o programa do Partido comunista do Brasil ressalta como uma das suas tarefas centrais a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do Brasil. Entendemos que a conquista do socialismo é inseparável do combate por uma pátria livre, soberana e independente. Por isso, em nosso programa, defendemos a tese de que "essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos" e "em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países".

Nem os pombos voam

▼O líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, esteve no Iraque, em missão oficial, atendendo a convite da Assembleia Nacional Iraquiana. Aldo foi chefe da delegação que contou com a presença dos deputados Luis Moreira, do PTB, e Freire Junior, do PMDB. Em entrevista *À Classe*, Aldo Rebelo contou as impressões que trouxe do país árabe

por Guiomar Prates

Classe - Qual é a situação do Iraque depois do bombardeio americano e da imposição do bloqueio econômico?

Aldo - O bombardeio atingiu profundamente a infraestrutura do país: campos de petróleo, refinarias, aeroportos, centros administrativos, hospitais e isso causa, em certa medida, danos difíceis de recuperar num curto espaço de tempo. No entanto, não é o dano de natureza material que atinge fundamentalmente o Iraque. O dano que causa mais indignação é o que foi feito contra a vida de civis, principalmente mulheres e crianças, como tivemos oportunidade de constatar na visita ao abrigo anti-aéreo civil bombardeado por mísseis norte-americanos. Nesse abrigo morreram mais de 400 pessoas, a maioria crianças e mulheres. Nas paredes e no teto do abrigo, que foi perfurado por um míssil - um teto de cerca de um metro de concreto e aço - se encontram até hoje vestígios de restos de corpos humanos que foram desintegrados pela violência da explosão.

Classe - E porque não foram retirados estes vestígios?

Aldo - Não foram retirados porque as mães querem manter como um testemunho da selvageria praticada pelos Estados Unidos. Uma das mães, inclusive, abordou a nossa delegação e, apontando o retrato de seus filhos, que estão numa galeria de vítimas, perguntou onde estão os direitos humanos.

Classe - Quais são as principais dificuldades que o povo enfrenta com o bloqueio?

Aldo - Nós tivemos oportunidade de verificar o peso do bloqueio nos hospitais. Mulheres que aguardam com crianças já mortas no ventre, que não fazem o parto por falta de material anestésico. Algumas cirurgias são feitas sem anestesia. O índice de mortalidade é grande por falta de medicamentos.

A ONU mantém o bloqueio total, não podem entrar nem sair aviões do Iraque, nem oficiais nem civis, nem internamente é possível voar. A impressão que se tem é que nada que voa, sequer os pombos, são respeitados pela intervenção militar americana.

Classe - Como vocês chegaram no Iraque, se é proibido voar?

Aldo - Nós fomos de avião até Amã, capital da Jordânia e daí fomos de carro até Bagdá, um trecho de aproximadamente mil quilômetros. Boa parte desse trecho fizemos à noite, atravessando dificuldades porque viajamos de táxi, porque é difícil também a entrada e saída de carros oficiais do Iraque; as exigências são muito grandes por parte das resoluções da ONU.

Classe - Aqui no Brasil a imagem na opinião pública é de que Saddam Hussein é um ditador. Como é a relação do povo do Iraque com Saddam Hussein?

Aldo - O que precisamos entender é que a

trajetória dos povos árabes é completamente distinta da trajetória das chamadas democracias ocidentais. Os árabes constituíram uma civilização avançada. Foram eles, com sua presença na Península Ibérica, que ajudaram a transferir para os europeus o conhecimento da civilização grega, verteram para o latim boa parte do conhecimento antigo, levaram para as universidades fundadas na Espanha a matemática, a medicina e outras ciências. Mas depois disso, a civilização árabe conheceu um declínio. A dominação turca se arrastou por séculos, com os árabes sendo tratados de maneira bárbara, submetidos a um processo de dominação violento. Após, veio uma espécie de dominação franco-britânica e depois da Segunda Guerra esse poder foi transferido para oligarquias locais, espécies de senhores feudais se transformaram em dinastias e casas monárquicas; o povo árabe vivia em situação difícil, enquanto essas monarquias depositavam o dinheiro do petróleo na Europa, compravam castelos na Inglaterra. A essa estrutura se contrapôs um movimento de caráter nacional que gerou, com suas diferenças, regimes do tipo argelino, líbio, iraquiano ou do tipo nasserista, no Egito. Então, os árabes conheciam todas essas dominações e esses regimes de caráter nacional promoveram reformas, mudanças sociais que são reconhecidas pelo povo. Passaram a aplicar o dinheiro do petróleo no desenvolvimento do país, construíram obras de infra-estrutura, deram ao povo direitos que ele não conhecia, como direito à escola, à saúde. Por isso, não se pode tratar com os parâmetros ocidentais o desenvolvimento jurídico, econômico e histórico dos povos árabes. É claro que nós não podemos simplesmente avaliar uma experiência que nem conhecemos direito. Agora, eu tenho absoluta convicção de que ela precisa ser vista com outros olhos do que com o que nós vemos a experiência chamada ocidental.

Mesmo no caso do Iraque, a participação das mulheres na vida econômica e social do país é muito superior à existente em outros países de tradição feudal. Esses regimes, pela pressão do imperialismo e do Ocidente, e por outras razões, que desconheço, não desenvolveram formas mais democráticas em suas instituições. São limitações visíveis mesmo pra quem, por pouco espaço de tempo, observa a vida no Iraque.

Por outro lado, não se detecta a ação de movimentos oposicionistas e não dá também para saber qual a natureza da relação do regime com esses movimentos. Seria necessário sabermos como a esquerda da oposição no Iraque vê o regime iraquiano. Eu soube apenas por um dirigente do partido do governo que o antigo Partido Comunista do Iraque diminuiu de tamanho e perdeu influência por fazer oposição radical ao governo. Mas eu não posso saber até onde é possível avaliar este tipo de interpretação.

Classe - Quais são as consequências práticas dessa visita ao Iraque?

Aldo - Nós realizamos uma declaração conjunta entre a delegação brasileira e a Assembleia Nacional Iraquiana, fizemos visitas a cidades históricas como a Babilônia, capital da antiga Caldéia, onde estão as ruínas, os jardins suspensos, o palácio de Nabucodossor. De concreto, foi realizada a declaração conjunta contra o bloqueio e vamos desenvolver esforços para que o Brasil abra sua representação diplomática em Bagdá, que está praticamente fechada, só tem funcionários administrativos.

Nós passamos um certo constrangimento, ao ouvir de parlamentares iraquianos a informação de que o Itamarati teria negado visto de entrada a parlamentares do Iraque que se encontravam em visita a América Latina, o que lamentavelmente é verdadeiro.

Ouvimos também de dirigentes da companhia de petróleo iraquiana o mesmo tipo de informação; de que técnicos dessa empresa teriam tido negado o visto de entrada no Brasil.

Nós tivemos uma carta do presidente da Assembleia do Iraque para o presidente da Câmara dos Deputados, e também a disposição de fazer um convite para que uma delegação parlamentar do Iraque possa visitar o Brasil.

Yeltsin impõe terror à Rússia

▼ Um parlamento em chamas, centenas de mortos, milhares de feridos e pelo menos 1.500 presos, a maioria submetida a torturas. Tal foi o saldo deixado pelos militares fiéis às ordens do ditador russo

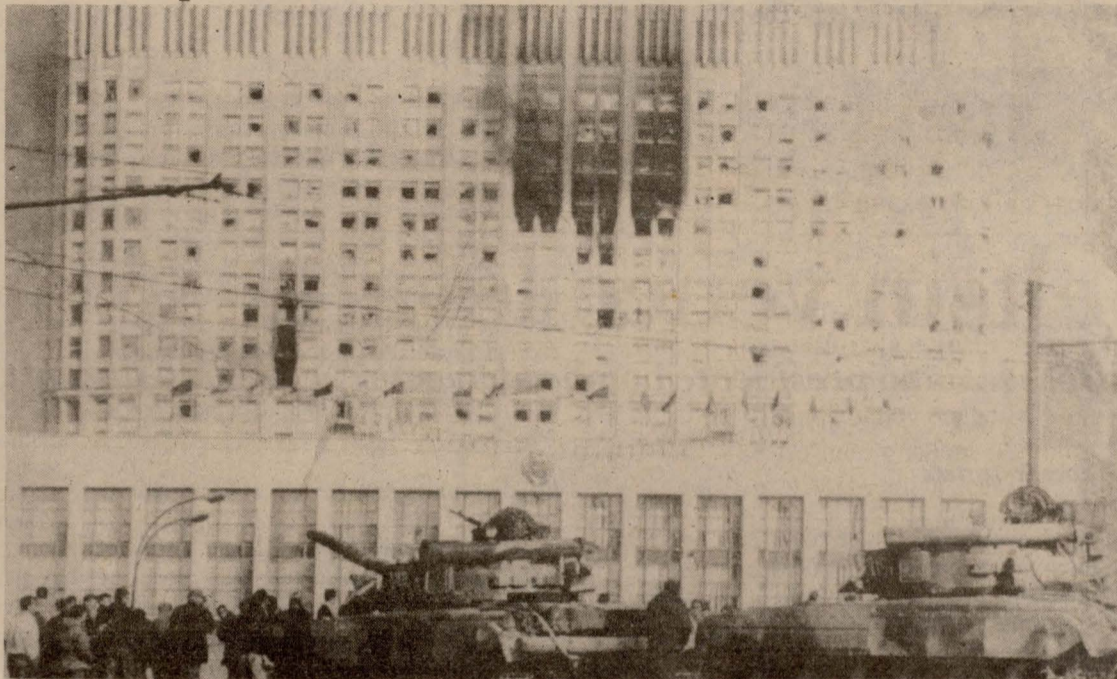
Umberto Martins

Yeltsin ordenou a mobilização de tanques e artilharia pesada contra o legislativo, consumando, na noite do dia 4 de outubro, uma atrocidade que só encontra paralelo no incêndio do Reichstag pelo regime de Adolf Hitler, em 1933 na Alemanha. Naquela época, como agora, um feroz anticomunismo justificou o crime.

Desta forma, o czar da burguesia russa sufocou, ao menos temporariamente, em Moscou, a resistência ao golpe que decretou dia 21 de setembro, ao mesmo tempo em que abriu o campo para um governo de cunho fascista, que contou com a imediata solidariedade de países imperialistas (tudo indica que os EUA, em particular, foram cúmplices diretos do crime. É mais do que provável que o massacre tenha sido previamente comunicado e debatido com representantes de Washington. "De acordo com uma versão, Yeltsin teria informado pessoalmente o embaixador dos EUA em Moscou, Thomas Pickering, sobre sua decisão de mobilizar tropas de elite para resolver a situação", informou o correspondente do *Estado de S. Paulo* em Washington, Paulo Sotero, na edição de 05/10/93, página A12. Bill Clinton foi o primeiro a declarar apoio ao ditador, seguido de governantes europeus. O Japão lamentou a matança).

Estado de emergência. Logo após o massacre (observado nas ruas por cerca de 2 mil russos, inclusive alguns beneficiários das reformas capitalistas convocados para aplaudir a façanha), Yeltsin decretou Estado de Emergência e adotou uma série de medidas policiais para consolidar seu golpe. Proibiu a circulação de pelo 10 jornais que lhe faziam oposição (segundo informações do jornal *Folha de São Paulo*), a começar pelo *Pravda*, e impôs completa censura sobre os meios de comunicação.

Prevenindo-se contra a oposição nas 88 províncias e regiões autônomas, cancelou a reunião do Conselho da Federação, que ele próprio havia



Yeltsin bombardeou o parlamento, num verdadeiro atentado à democracia

convocado para esta semana, destituiu os chefes de governo de Novosibirsk (Sibéria), Vital Mukha, Amur (Extremo Oriente), A. Surat e determinou a prisão dos governadores de Briansk e Selivanov.

Além disto, demitiu o procurador-geral Valentin Stepankov, enquanto o também golpista prefeito de Moscou, Yuri Luzkhov, dissolveu os soviets, medida que parecia antecipar iniciativas do gênero em todo o território da Federação Russa. Nada menos que 62 parlamentos regionais haviam manifestado firme oposição ao golpe e a Sibéria ameaçava se separar da Rússia, criando um Estado independente. O ditador também proibiu o funcionamento de várias organizações políticas, especialmente os partidos comunistas e a Frente de Salvação Nacional.

Tortura. O elevado número de presos se explica pela participação popular na resistência aos golpistas, liderada por parlamentares e organizações políticas de oposição (destacadamente os partidos comunistas). No domingo, 3 de outubro, foi realizada uma manifestação com cerca de 20 mil moscovitas (conforme estimativa do jornal *Folha da Tarde*), que resultou na retomada do Parlamento, ocupação da Prefeitura e tentativa de conquista do centro de TV Ostankino, frustrada após um duro combate que terminou com 62 mortes.

Boris Kagarliitsky, escritor e membro do Conselho Municipal de Moscou, detido pela polícia e depois liberado, revelou (terça-feira, em entrevista à imprensa) que vários presos foram barbaramente espancados pela polícia de Yeltsin para assinar confissões que não fizeram. Num cenário que guarda indisfarçável semelhança com o golpe desfechado por Pinochet em 1973 no Chile (que, por sinal, também foi feito em nome do anticomunismo e contou com o apoio ostensivo da CIA e do governo norte-americano), os prisioneiros foram levados para um campo de futebol, o estádio esportivo de Krdasnopresnensky.

Resistência. O regime

policialesco difundiu o terror sobre a Rússia, mas os sinais de resistência ao golpe não desapareceram. A ampliação da censura aos meios de comunicação (que já vinha sendo exercida antes) provocou protestos generalizados, inclusive algumas defecções no governo. O assessor de imprensa, Mikhail Poltoranin, pediu demissão, e Alla Yarushinskaya, da assessoria de Yeltsin, criticou a iniciativa.

Mais relevante foi a reação popular na cidade de São Petersburgo, dia 5, quando os golpistas comemoravam a vitória e anunciavam decretos policialescos. Conforme notícia publicada no *O Estado de S. Paulo* (06/10/93, página A12), "centenas de manifestantes se concentraram no centro de São Petersburgo, apesar da chuva, para protestar contra a suspensão do noticiário 600 segundos", que mantinha uma linha crítica em relação a Yeltsin. "Os manifestantes gritavam 'Yeltsin é um assassino' e 'Abaixo os fascistas'". O jornalista responsável pelo programa, Alexander Nevzorov, foi preso e após ser liberado observou que "nada se pode esperar quando os bandidos estão no poder".

Lideranças do Partido Comunista Russo, o maior de todos no país, com cerca de 1 milhão de filiados, proscrito por Yeltsin segunda-feira, dia 4, informaram que não vão obedecer às determinações do ditador e que a organização continuará funcionando normalmente.

Resta saber como será a reação da oposição nas províncias e regiões, que o ditador russo tenta silenciar por meio da corrupção e métodos fascistas. Ainda é cedo para saber em que medida o Kremlin sai fortalecido como centro do poder. A integridade da Rússia continua em questão. É preciso notar, também, que a médio prazo a posição das Forças Armadas, de árbitro nas disputas internas pelo poder (se é que vão manter a relativa unidade demonstrada nesses dias), tende a agravar os conflitos com as ex-repúblicas soviéticas.

Quaisquer que sejam os desdobramentos da crise política na Rússia, os fatos estão removendo as máscaras com que

a burguesia vinha encobrendo, em todo o mundo, a natureza reacionária da transição ao capitalismo. A suposição de que a história chegou ao fim, estacionando no regime liberal-burguês, mais parece uma triste piada. Os acontecimentos revelam os interesses concretos que movem as classes dominantes em nosso planeta, assim como o real apreço que dedicam à democracia e às liberdades políticas. Mais cedo ou mais tarde isto será percebido pelas amplas e espoliadas massas de trabalhadores e a ideologia burguesa terá o destino que merece: a lata de lixo da história.

OLP agradece ao PCdoB

O representante da OLP no Brasil, Dr. Ahmad Sobeh, enviou mensagem ao presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, afirmando:

"Ao cumprimentá-lo, queremos manifestar nossos mais sinceros sentimentos de gratidão pela sua valiosa manifestação de solidariedade na ocasião do 'Reconhecimento Mútuo entre Israel e a OLP e a Assinatura do Acordo da Declaração de Princípios'. São esses gestos solidários e fraternos que nos fortalecem para prosseguir a nossa luta, objetivando alcançar a desejada paz, justa e duradoura, no Oriente Médio.

Hoje, mais do que nunca, os povos da região e em especial o nosso povo palestino, necessita de sua expressão e efetiva solidariedade e irrestrito apoio para recuperar a nossa infra-estrutura social e econômica, destruídas por tantos anos de guerra e ocupação militar. Sem dúvida o seu apoio é de fundamental importância.

Sem mais, reiteramos nossas expressões de agradecimento e distinta consideração."

Transição ao capitalismo ainda não foi concluída

O recurso a um regime de cunho fascista, à tortura e ao crime, revelam as enormes dificuldades da burguesia para manter o poder na Rússia. Conduzido por uma classe frágil, de certa forma ainda em formação, o projeto de transição ao capitalismo na Rússia, apesar de orientado diretamente por técnicos e instituições (como o FMI) do imperialismo, enfrenta sérias resistências.

Convém notar que as reformas burguesas na Rússia estão ainda muito longe do que foi conseguido na Polônia e outros países do Leste europeu. O pior da transição (do ponto de vista do seu custo social) provavelmente ainda está por vir. Embora pouco divulgado, um decreto que Yeltsin baixou logo após o golpe determina mudanças na economia que muito têm em comum com as iniciativas adotadas em 1991 na Polônia para "liberar o mercado": liberação dos preços do pão (a partir do dia 30 de setembro), drástica redução dos subsídios aos grãos, fortes aumentos dos alugueis e serviços domésticos, elevação das taxas de juros (para 180% reais ao ano), restrição a créditos considerados "baratos", completa liberdade para investimentos estrangeiros, retirada dos sindicatos da prerrogativa de pagar o seguro social.

Medidas pesadas, que aumentam "um período difícil com muitas

privações para o povo", conforme admitiu o chefe da Casa Civil do governo, Sergei Filatov. O maior dos problemas relaciona-se com a privatização das grandes empresas estatais, que vai, afinal, decidir o dilema da forma de propriedade no país. Estima-se que, ainda hoje, alguma coisa em torno de 90 a 95% da indústria russa continua nas mãos do Estado.

Os problemas relacionados à privatização são muitos, a começar pela inexistência de uma burguesia nativa com cacife para bancar um processo minimamente respeitável de compra das grandes empresas que seriam colocadas à venda.

Além disto, será preciso enfrentar a oposição do povo. Pesquisa realizada recentemente com 1.973 russos revela que 72% consideram negativos os efeitos da privatização na economia. A idéia de possuir ações das empresas (bônus que o ditador Yeltsin promete distribuir) não agrada à ampla maioria (72% também não são nada simpáticos à proposta). A pesquisa foi financiada pelo Ministério de Relações Exteriores da Grã-Bretanha e realizada pelo Centro de Estudos de Política Social da Universidade de Strathclyde, em Glasgow. Seus resultados ajudam a compreender porque a burguesia está apelando ao terror e indicam, igualmente, que a resistência à transição ao capitalismo em Moscou não é nada desprezível. (U.M)

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

CONSCIÊNCIA Socialista

Por que o PCdoB é diferente

Rogério Lustosa

No próximo dia 21 de outubro completa um ano da morte do dirigente do PCdoB Rogério Lustosa. Como forma de lembrar sua relevante contribuição à elaboração da linha político-ideológica do Partido, apresentamos abaixo trechos de um artigo de sua autoria publicado, não assinado, na edição d'A Classe comemorativa aos 70 anos do PCdoB em março de 1992.

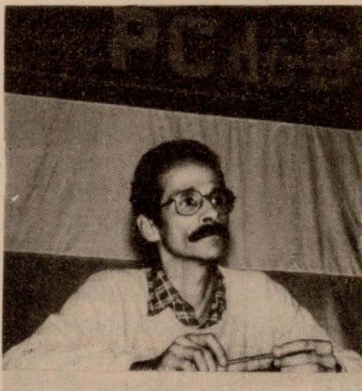
Os partidos se organizam para lutar pelo poder e defender interesses da classe que representam. Mas, entre todas as classes, o proletariado se destaca. É como dizia Marx, "a única classe verdadeiramente revolucionária". Só o proletariado tem como objetivo o socialismo e o comunismo. Só o proletariado, por sua situação objetiva na sociedade capitalista, coloca-se, também pelas palavras de Marx, a tarefa de ser "coveiro da burguesia."

Por esses objetivos diferentes, a classe operária precisa organizar-se também de maneira distinta. É equívoco pretender adotar para o partido do proletariado as mesmas bases usadas para construir outras organizações.

Esdrúxulo e reformista. Um partido da burguesia, embora possa estar fora do governo, representa a classe que detém o poder político. As leis, as instituições são moldadas para assegurar a dominação burguesa sobre a sociedade. As organizações da classe dominante cuidam de manter essa situação. As divergências que surgem entre eles são menores, dizem respeito à forma dos dominadores repartirem entre si os privilégios e há pontos de vista diferentes sobre a melhor forma de exercer o poder e coagir as camadas populares.

O povo também é dividido em classes. As camadas médias da população, a pequena burguesia, mesmo o campesinato, encontram-se em situação intermediária, entre o proletariado e a burguesia. Não estão no poder, mas de certa forma dispõem ou de uma reduzida parcela de propriedade privada ou usufruem, por sua posição no processo produtivo, de algumas vantagens do sistema capitalista. Lutam contra a opressão burguesa. Mas temem a revolução e o poder proletário. Podem ser aliados da revolução, podem também, em certas condições, ser manobradas pelas classes dominantes ou neutralizadas. Comportam-se de forma vacilante diante das tormentas da luta de classes.

Seus partidos adotam, em geral, posições reformistas. E incorporam nas suas fileiras diferentes pontos de vista. Em vez de unidade político-ideológica pretendem abrigar concepções social-democratas em convivência com idéias revolucionárias. E defendem que essa salada indigesta possa servir para a luta popular.



Rogério Lustosa

O partido do proletariado é diferente. Não por tomar atitudes esdrúxulas ou por se colocar à margem do curso político real.

Objetivos radicais. O PCdoB coerente com seus 70 anos não vacila em ir contra a corrente antiprogresso. Declara-se "o partido do socialismo". Os comunistas são diferentes por serem os mais consequentes na busca da unidade mais ampla possível, por orientar-se pela teoria científica do proletariado, por batalhar pela unidade político-ideológica de seus membros. E por organizar-se de uma forma que garanta a maior unidade de ação - indispensável para golpear inimigos poderosos e abrir espaço para a vitória da revolução.

Diferentes não apenas na aparência, para colher êxitos eleitorais e o apoio de setores de trabalhadores revoltados mas pouco conscientes. Mas diferentes pela essência, por seus objetivos radicais, sua ideologia e seu modo de se organizar.

O PCdoB sabe que não se pode adotar uma linha revolucionária sem analisar as coisas com uma teoria revolucionária. Por isso apóia-se no marxismo-leninismo. E combate o ecletismo daqueles que consideram o marxismo apenas como "mais uma" das muitas teorias a serem utilizadas.

O PCdoB tem uma estrutura centralizada de forma democrática. A centralização é fundamental num destacamento de combate para manter apenas um centro de direção e garantir que todos ajam de acordo com um planejamento nacional. Essa ação centralizada é definida democraticamente pela militância. As direções são coletivas. As grandes deliberações são tomadas por congressos que representam a vontade revolucionária do partido. A maioria decide, as direções são responsáveis por garantir a execução organizada das tarefas e todos - inclusive quem em determinado instante ficou em minoria - atuam de acordo com as orientações.

A perspectiva para romper com o que aí está não pode ser uma organização fluida, onde os militantes só se manifestam de tempos em tempos pelo voto em certos candidatos. A realidade impõe um agrupamento de luta, firme nos princípios e flexível na tática. Com militantes que atuam permanentemente, e de forma organizada, pelos objetivos revolucionários. Em nosso país, atualmente, a única alternativa socialista consequente é o PCdoB, que completa 70 anos com vigor renovado.

Convenções regionais

Sueli Scutti

Entre 25 de setembro e 2 de outubro, o PCdoB fez convenções estaduais em Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Amazonas, Rio Grande do Norte e Pará. Todas se transformaram em atos políticos contra a revisão constitucional e as restrições que o Congresso Nacional tenta fazer à existência dos pequenos partidos. O ponto alto das discussões foi o lançamento feito pelo partido do Projeto de Programa Socialista para o Brasil, publicado na edição d'A Classe nº 111. Prestigiaram os atos diversos representantes de outros partidos, entidades, vereadores, deputados, sindicalistas.

Rio de Janeiro. 200 pessoas foram à convenção carioca no dia 25 de setembro, encerrando uma fase da campanha que filiou 2500 novos integrantes ao PCdoB. Todos os diretórios existentes foram renovados e criaram-se cinco novos. Mas o desafio continua em 14 áreas que seguem fazendo filiações com vista à 7ª Conferência Regional. O evento do Rio foi prestigiado por João Amazonas, muito aplaudido ao expor o programa socialista do PCdoB.

Goiás. A convenção ocorreu dia 25 de setembro na Câmara Municipal de Goiânia com presença de 200 militantes, sendo 32 delegados representando os 51 diretórios municipais do estado. Na campanha de filiação, os comunistas conseguiram mais 1141 novos adeptos, totalizando 7380 filiados, sendo 960 na capital.

Adalberto Monteiro, reeleito presidente regional da legenda, disse que "mesmo enfrentando uma feroz campanha ideológica adversa e apesar das dificuldades políticas em Goiás, os comunistas mostraram que "é plenamente possível a construção e o fortalecimento do PCdoB no interior." Edwiges Carvalho, secretária de Organização do Diretório Regional, diz que é preciso que o partido "aprofunde seu conhecimento da realidade sócio-econômica do estado e do próprio partido em cada município." Ronald Freitas representou a direção nacional do PCdoB no evento.

Sergipe. A convenção foi dia 26 de setembro com participação de dezenas de militantes,

além dos 25 delegados que representam os 19 diretórios municipais. O Comitê Central do PCdoB foi representado por Renato Rabelo que fez palestra sobre o programa socialista e concedeu diversas entrevistas às rádios e jornais de Aracaju. O vereador da capital Edvaldo Nogueira foi reeleito presidente da sigla em Sergipe e o novo diretório tomou posse durante o ato político.

Espírito Santo. Foi realizada a convenção estadual dia 26 de setembro com 300 filiados e convencionais. Pedro de Oliveira representou o Comitê Central e reclamou: "o que os grandes partidos estão fazendo com os pequenos é uma puxada de tapete", referindo-se à lei eleitoral. O representante da OAB argumentou que "estamos vendo a miséria só aumentar, levando o Brasil para o Quarto Mundo. É uma situação cada vez mais vergonhosa."

A convenção ocorreu em clima de festa e elegeu o ex-deputado João Martins para presidir o partido capixaba. Ele lembra que a tarefa partidária agora é fincar raízes em todo o estado, que tem 5600 filiados com diretórios em 17 municípios e seis comissões provisórias.

Amazonas. Realizada no Nostalgia Clube, regada à tradicional feijoada do PCdoB e sonorizada por boa música popular amazonense, a convenção regional ocorreu em Manaus dia 2 de outubro com representantes de 16 diretórios municipais e zonais e de oito comissões provisórias. Renato Rabelo prestigiou o evento em nome do Diretório Nacional. Muitos artistas locais se apresentaram durante o dia organizados pela base de cultura da capital. Eron Bezerra, presidente estadual do partido, ressaltou a necessidade do "socialismo como a única saída para o Brasil e para os trabalhadores".

Cubatão. Contando com 600 filiados, o PCdoB deste município paulista fez convenção municipal dia 26 de setembro e elegeu novo diretório, presidido por Pedro Orlando Toledo. O deputado estadual Jamil Murad compareceu e fez um relato sobre a privatização da Cosipa, localizada naquela cidade da Baixada Santista.



Convenção Regional - PCdoB - Goiás

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

O marxismo ao estudar a história da sociedade trouxe à tona para a ciência social um conjunto de categorias que conectadas umas às outras nos dão noção do movimento de desenvolvimento e transformação da sociedade.

O modo de produção. É o fator determinante do desenvolvimento social. Desde que a sociedade humana existe, os homens situados historicamente produzem em relação com a natureza seus meios de existência. Para viver, a humanidade necessita de alimentos, roupas, abrigo etc. Para produzir estes bens tem de produzi-los e para isto são necessários instrumentos de produção, a capacidade para criá-los e utilizá-los.

A produção é uma condição inerente ao homem. Sem produção seria impossível o intercâmbio entre homem e natureza; seria impossível a vida humana.

Como o homem produz em cada momento histórico, determina o modo de produção a que ele está sujeito e no qual ele atua. É o elemento que determina em última instância os outros elementos existentes na vida social.

Processo de produção. Compõe o modo de produção. É a atividade do homem dirigida a um fim e que cria os valores de uso, o processo de produção e a distribuição da atividade, facilita, regula e controla o intercâmbio material entre ele mesmo e a natureza.

Dicas

Programa socialista

PROJETO DE PROGRAMA SOCIALISTA



PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL 1993

"O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defende o socialismo científico, apresenta aos trabalhadores e ao povo um programa de transformações radicais, possível de ser realizado com sucesso, capaz de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento progressista da nação", assim é apresentado o Projeto de Programa Socialista para o Brasil do Partido. Uma brochura com o texto do Projeto está a venda na Editora Anita, à rua dos Bororós, 51 - Bela Vista - CEP 01320-020 - São Paulo - SP. Ou pelo telefone (011) 35-8150. Também poderão ser encontrados nos Diretórios Regionais do Partido. O preço de cada exemplar é de CR\$ 100,00.

Guevara em Cuba hoje

"Hoje aqui somos todos brasileiros defensores da revolução socialista, popular e democrática de Cuba", assim Luiz Eduardo Greenhalgh abriu o ato público, dia 4 de outubro, na Casa da América Livre, em São Paulo. O ato marcou o lançamento do livro *Che: a poética do combate*, de Piedade Carvalho, editado pela Tempo Brasileiro. Para o responsável pela Oficina de publicações do Conselho de Estado de Cuba, Juan José Soto, o livro "apreende do Che sua poesia; do criador de esperanças, sua palavra; desse homem do século XXI, seu novo dizer."

O presidente da Associação Brasileira de

Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, pensa que "por não se curvar às pressões antinacionais, por não abdicar da Soberania, o povo cubano tem sido vítima de um bloqueio cruel e genocida."

Para ele, "Piedade Carvalho faz renascer a esperança contida nos versos e textos políticos e administrativos de Guevara." Para a escritora é a força do povo cubano que lhe dá inspiração. Ela afirma que "de tanto pensar na palavra bondade, Guevara compreendeu que uma sociedade socialista não é beneficente... O socialismo é uma aquisição histórica." (M.R.)

Um brasileiro indignado

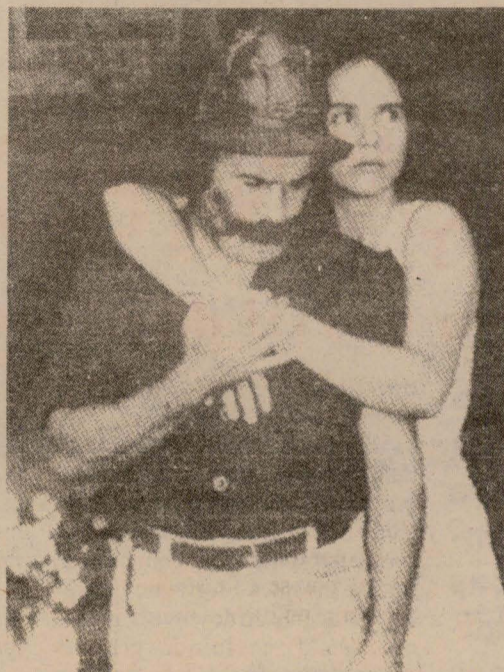
Entre zilhões de coisas sábias que Caetano Veloso transmitiu nos versos mais poéticos das mais belas canções da música brasileira, cantou o vate, referindo-se a um personagem indígena, que quando falasse surpreenderia, não pelo exótico, mas pelo óbvio. Quem assistiu ao *Jô Onze e Meia* de 29 de setembro, ficou não só surpreso como pasmo, a começar pelo talentoso apresentador-entrevistador e o parceiro Gil que ao seu lado permaneceu estático, extático, sorridente, boquiaberto, apenas meneando a cabeça em sinal de aprovação. Caetano surpreendeu pelo óbvio, derramado no microfone no doce sotaque do Recôncavo baiano, na irada retórica digna de um Castro Alves. Em termos contundentes, denunciou a canalhice do correspondente do *New York Times* no Brasil, que em suas reportagens

recheadas de mentiras, enxovalha o Brasil e as pessoas que os brasileiros amam e admiram. O crápula fez circular em seu decadente país a notícia de que Caetano e Gil vestiam-se de mulher para propagandear o homossexualismo.

A revolta do poeta-compositor nada teve de preconceituoso - "muito ao contrário" - como frisou. Sua resposta ao mendaz jornalista norte-americano foi o desabafo de um brasileiro indignado, que ama seu país e não consente com a mentira e a distorção de sua imagem.

O artista mostrou com sua ira sagra da que "o tempo não pára e no entanto ele nunca envelhece." O Brasil aplaude Caetano e Gil, expressão da nacionalidade, gente que "está no fundo de cada vontade encoberta." (José Reinaldo Carvalho)

Cultura



A morte de Tião Galinha

José Carlos Ruy

Quem assistiu os capítulos da novela *Renascer* que contaram a morte de *Tião Galinha*, pôde notar uma espécie de reedição do *Funeral de um Lavrador*, do auto de natal *Morte e Vida Severina*, escrito por João Cabral de Melo Neto em 1965/1966, um enorme sucesso ao ser montado, em 1966, com música de Chico Buarque.

Pois é, parece mais um tijolo na construção de uma identidade nacional baseada na velha visão oligárquica da sociedade brasileira. No passado, *Morte e Vida Severina* fez parte de outro esforço, crítico e progressista, de elaboração da identidade nacional com base na denúncia das mazelas do latifúndio e na necessidade de incorporação de milhões de camponeses à vida civil e política brasileiras. *Morte e Vida Severina* apontou aquela vida cruel e indigna, a ser eliminada com a superação dos entraves feudais, do latifúndio, do atraso, da dominação estrangeira, que impediam o desenvolvimento do país e o bem estar do povo. Era uma luta justa, que foi derrotada com o golpe militar de 1964.

Hoje, num momento em que as forças progressistas e a reação se defrontam num novo patamar, quando o imperialismo está fortemente implantado no país e a

coalizão de reacionários usa todos os recursos para impor seus interesses e sua ideologia, fazer da morte de *Tião Galinha* um novo funeral de lavrador é uma imitação descabida.

O autor de *Renascer*, Benedito Ruy Barbosa, diz que *Tião Galinha* representava o povo brasileiro, e por isso seu destino tinha que ser aquele. É a visão oligárquica que tenta passar por progressista: quem luta contra a opressão e a miséria vai ser, fatalmente, destruído.

Tião Galinha fugiu dos manguês, e foi para a fazenda de cacau para melhorar de vida. Foi mostrado como um bom trabalhador rural até o momento em que o inconformismo o empurrou para a luta, mesmo que cega, contra as forças que o mantinham na miséria. Tentou aliar-se ao demônio; depois, tornou-se um pregador militante entre os camponeses. Queria pouco: um emprego para ganhar o pão honestamente; um pedaço de terra para trabalhar. Queria dignidade, um lugar onde morar, um trabalho certo e estável, comida na hora certa, e pequenos luxos, como roupas novas.

Nem mesmo metaforicamente podemos aceitar o destino de *Tião Galinha* como o do povo brasileiro. Ele representa, isso sim, a vontade dos conservadores, e não o que está colocado pela vida para a solução das contradições sociais do país. Em nosso tempo, o inconformismo dos trabalhadores rurais, como o dos demais trabalhadores, encontra uma expressão mais exata na luta organizada - e muitas vezes cruel, haja visto a enorme quantidade de assassinios de trabalhadores rurais. Como acreditar que, numa cidade com tantos recursos modernos como aquela onde se passa a história, não exista um sindicato de trabalhadores rurais? Só mesmo numa novela que, a título de oferecer lazer e distração, tenta vender velhas idéias como roupas novas. Que, capítulos depois, deixou cair a máscara ao pôr na boca de um dos filhos de latifundiário, um médico moderno, a condenação dos serviços estatais, dos funcionários públicos (são dez onde só tem trabalho para um, e mesmo assim não trabalham, dizia), raciocínio coroado com a já costumeira condenação do socialismo: essa história de estatização, de socialismo, acabou com a queda do muro de Berlim.

QUEM É DE LUTA LÊ

ASSINE A CLASSE

Nome _____
 Endereço _____
 Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
 Cidade _____ Estado _____
 Profissão _____ Data ____/____/____
 Assinatura semestral: CR\$ 1.800,00 - Assinatura trimestral: CR\$ 900,00
 Assinatura semestral de apoio: CR\$ 3.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a **A Classe Operária**. Não mande dinheiro. Mande cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilemando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke **Impressão:** Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo e Márcia Saraiva - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística **A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhangüera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Mangel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAIBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. João Pessoa, 953 - São Francisco - (095) 225-1546 - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (048) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.



MUDANÇAS NA PRODUÇÃO

Reflexos no perfil da classe operária

“ Persistimos na idéia de que a luta de classes é a força motriz do desenvolvimento das sociedades divididas em classes antagônicas. E que a classe operária pela posição que ocupa no sistema de produção, é o destacamento social que comanda as transformações radicais da sociedade rumo ao comunismo”

Informe de João Amazonas ao 8º Congresso do PCdoB

João Batista Lemos
membro do C.C. do PCdoB

Por esta importância estratégica da classe operária no processo revolucionário de nossa época é que se faz necessário um estudo sistemático das mudanças ocorridas no processo produtivo que alteram sua composição tanto na sua importância numérica como na sua subjetividade enquanto classe, que vive do seu trabalho e produz riquezas. Por isso mereceu destaque no projeto de programa apresentado pelo Comitê Central do PCdoB.

Engels ressaltava que “os homens dos séculos XVII e XVIII inventaram a máquina a vapor sem suspeitar que estavam criando um instrumento mais poderoso que qualquer outro e que haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo” (*O papel do*

trabalho na transformação do macaco em homem).

Em nossa época, o novo modelo de acumulação do capital proporcionado pela “3ª Revolução técnico-científica”, desenvolveu a automação flexível, com base na microeletrônica. Agravou o caráter excludente do desenvolvimento capitalista, excluindo grandes contingentes de força de trabalho com a elitização do mercado.

Atinge em cheio a classe operária dos países desenvolvidos, com o desemprego estrutural ou tecnológico, que dá lugar para o trabalho precário e parcial. Com a reestruturação industrial nos EUA, grandes empresas como a General Motors e a IBM cortaram 200.000 empregos. A Volkswagen alemã anunciou que 12000 desapareceram até o final de 1994. A montadora tem 114.000 trabalhadores contra 130.000 em 1.995. Nos países da OCDE a taxa média de desemprego é cerca de 8% : ao redor de 33 milhões de pessoas sem emprego.

Recessão e desemprego. Nos países da América Latina a recessão é agravada pela implantação do projeto neoliberal. Estes países passam pelo processo de desindustrialização com o sucateamento das empresas nacionais etc. Além do desemprego causado pela recessão, soma-se o desemprego estrutural, seguindo a tendência mundial de reestruturação dos processos de trabalho, que se dá de forma acelerada nas indústrias de ponta.

No Brasil isto já resulta em cerca de 7 milhões de desempregados, mais de 13 milhões no mercado de trabalho informal, de uma população economicamente ativa de 6,6. milhões.

Para a melhor compreensão da nova realidade colocada para a classe operária se faz necessário também conhecer os mecanismos internos em que se processam as novas formas de exploração e controle do trabalho.

Marx quando analisava os impactos da máquina a vapor afirmava, “A eficácia da ferramenta emancipa-se dos limites da força humana, fazendo desaparecer a base técnica para a divisão manufatureira do trabalho”.

Surgia uma nova classe operária, a que operava a maquinaria e que produzia as máquinas.

Automação flexível. Hoje podemos dizer que a automação flexível como extensão do cérebro humano, com as máquinas “inteligentes” auto-reguladas faz superar a base técnica dos sistemas rígidos do Taylorismo e Fordismo com base na eletromecânica, que dominaram a produção capitalista de quase todo o século XX.

O que passa a predominar é a experiência japonesa que muitos chamam de “fase Toyotista”, que se caracteriza pela flexibilização da produção industrial mais sintonizada com o mercado cada vez mais incerto, operando com estoques mínimos.

No final deste século a linha de produção é diversificada, com o processo de terceirização a produção é fragmentada em pequenas unidades produtivas. Com a tendência de horizontalização de produção nestas empresas a gerência é simplificada. Os operários trabalham em equipes, são polivalentes e operam até 5, ou mais máquinas ao mesmo tempo.

Podemos considerar que estes novos processos de trabalho significam um avanço da organização científica do trabalho e as inovações tecnológicas um progresso de ciência. Mas se limitarmos a esta questão não passaremos de uma abstração geral. Estas inovações não se dão de forma neutra estão ligadas às relações sociais.

Superexploração. A busca da produtividade nas sociedades capitalistas é a busca da mais-valia através da superexploração do trabalho, que leva a concentração e centralização das riquezas produzidas.

Os métodos participativos utilizados pelas empresas como o CCQ, TUC., Qualidade Total etc. tem o objetivo de levar os trabalhadores a gestarem sua auto-exploração.

Como diz Ricardo Antunes: “transformou o trabalhador em ‘disputa de si mesmo’ porque ele corre atrás da produtividade com tal fixação que acaba por alienar todo o resto da riqueza do seu cotidiano”.

O conhecimento operário profissional acumulado através de anos, hoje é informatizado e passa para os programas das máquinas ferramentas computadorizadas. É apropriado também o saber operário.

Tais mudanças começam a

questionar o comportamento da classe operária tradicional. Alteram o modo de produção e também o perfil operário com a reciclagem profissional, além da gestão da força de trabalho. A tendência não é o desaparecimento da classe operária e sim sua transformação.

Estes sistemas têm alcançado altos índices de produtividade e lucros fabulosos, uma vez que são capazes de reduzir o tempo gasto para realização de uma tarefa. E o tempo do trabalhador liberado é apropriado pelo capital, inclusive ampliado pela continuação das horas-extras.

A redução do tempo socialmente necessário para a produção de bens chegou a uma magnitude tal que se não houver uma redução drástica da jornada de trabalho e corte das horas-extras, se perpetuará de forma acentuada a divisão dos trabalhadores em um segmento de empregados e outro de desempregados. Estes com o tempo perdem a sua condição de proletários, já que a retomada de crescimento econômico em vários países não está sendo acompanhada pela retomada de postos de trabalho.

Com estas mudanças materiais no sistema capitalista a tendência é de diminuição do proletariado industrial, resultando na subproletarização e no trabalho precário parcial e temporário. Como também a dispersão da classe operária em pequenas unidades de produção altamente especializadas e informatizadas.

Mas as empresas funcionando com um sistema integrado entre fornecedores, produtoras e distribuidoras ficam mais vulneráveis às grandes paralisações. Os capitalistas precisam mais do que nunca do sindicalismo de colaboração de classes e “participativo” que prioriza a negociação, para manter seus lucros. Buscam adaptar as leis trabalhistas ao novo modelo de acumulação. Para a produção flexível, a flexibilização dos direitos sociais, que significa perda das conquistas históricas dos trabalhadores para o sindicalismo de classe se faz necessário adequar os sindicatos para dar respostas à nova realidade, reafirmando a perspectiva revolucionária.

Essas inovações no processo produtivo aumentam a dependência dos trabalhadores empregados ao capital, que procura anular a luta destes trabalhadores pagando salários um pouco mais vantajosos.

Mostra os limites das lutas econômicas e corporativas. Não restando outro caminho a não ser relacionar estas lutas de resistência, que se fazem necessárias, com a luta política e unitária de toda a classe operária por sua emancipação, através da conquista do poder político. E construir uma nova sociedade, socialista.

E o tempo dos trabalhadores liberados pelas inovações tecnológicas e organizacionais (o sobretalho) será transformado em tempo livre, onde os trabalhadores poderão dedicar parte deste tempo à construção de uma nova sociedade e outra ao seu desenvolvimento profissional cultural, intelectual e espiritual.

